

IV. A Política como Vocação

Esta conferência, que pronuncio por solicitação vossa, irá necessariamente decepcionar, sob vários aspectos. Esperais, naturalmente, que eu tome uma posição em relação aos problemas concretos do momento. Mas isto só ocorrerá de modo formal e no fim, quando apresentarei certas questões relacionadas com a significação da ação política na totalidade do modo de vida. Na conferência de hoje, todas as questões relacionadas com a diretriz e o conteúdo que devemos dar à nossa atividade política devem ser eliminadas, pois nada têm a ver com a questão geral do que significa a política como vocação e o que ela pode significar. Passemos, agora, ao nosso tema.

O que entendemos por política? O conceito é extremamente amplo e compreende qualquer tipo de liderança *independente* em ação. Fala-se da política financeira dos bancos, da política de descontos do Reichsbank, da política grevista de um sindicato; pode-se falar da política educacional de uma municipalidade, da política do presidente de uma associação voluntária e, finalmente, até mesmo da política de uma esposa prudente que busca orientar o marido. Hoje, nossas reflexões não se baseiam, decerto, num conceito tão amplo. Queremos compreender como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação *política*, e, daí hoje, de um *Estado*.

Mas o que é uma associação "política", do ponto de vista sociológico? O que é um "Estado"? Sociologicamente, o Estado não pode ser definido em termos de seus fins. Dificilmente haverá qualquer tarefa que uma associação política não tenha tomado em suas mãos, e não há tarefa que se possa dizer que tenha sido sempre, exclusivamente e peculiarmente, das associações designadas como políticas: hoje o Estado, ou, historicamente, as associações que foram predecessoras do Estado moderno. Em última análise, só podemos definir o Estado moderno sociologicamente em termos dos *meios* específicos peculiares a ele, como peculiares a toda associação política, ou seja, o uso da força física.

"Todo Estado se fundamenta na força", disse Trotski em Brest-Litovsk. Isso é realmente certo. Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de "Estado" seria eliminado, e surgiria uma situação que poderíamos designar como "anarquia", no sentido específico da palavra. É claro que a força não é, certamente, o meio normal, nem o único, do Estado – ninguém o afirma – mas um meio específico ao Estado. Hoje, as

"Politik als Beruf", *Gesammelte Politische Schriften* (Munique, 1921), pp. 396-450. Originalmente, discurso pronunciado na Universidade de Munique, 1918, publicado em 1919 por Duncker & Humblodt, Munique.

relações entre o Estado e a violência são especialmente íntimas. No passado, as instituições mais variadas – a partir do clã – conheceram o uso da força física como perfeitamente normal. Hoje, porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território. Note-se que “território” é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência. Daí “política”, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.

Isto corresponde essencialmente ao uso comum. Quando se afirma que uma questão é “política”, quando um ministro do Gabinete ou uma autoridade é considerado como “político”, ou quando uma decisão é tida como “politicamente” determinada, o que se está querendo dizer, sempre, é que os interesses na distribuição, manutenção ou transferência do poder são decisivos para a resposta às questões e para se determinar a decisão ou a esfera de atividade da autoridade. Quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o “poder pelo poder”, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder.

Como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder. Quando e por que os homens obedecem? Sobre que justificação íntima e sobre que meios exteriores repousa esse domínio?

Para começar, em princípio, há três justificações interiores, e portanto *legitimações*, básicas do domínio.

Primeira, a autoridade do “ontem eterno”, isto é, dos *mores* santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio “tradicional” exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora.

Há a autoridade do *dom da graça* (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio “carismático”, exercido pelo profeta ou, no campo da política, pelo senhor de guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político.

Finalmente, há o domínio em virtude da “legalidade”, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseada em *regras* racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno “servidor do Estado” e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham.

Compreende-se que, na realidade, a obediência é determinada pelos motivos bastante fortes do medo e esperança – medo da vingança dos poderes mágicos do detentor do poder, esperança de recompensa neste mundo ou no outro – e, além de tudo isso, pelos mais variados interesses. Vamos falar disso. Mas ao procurar as “legitimações” dessa obediência, encontramos esses três tipos “puros”: “tradicional”, “carismático” e “legal”.

Essas concepções de legitimidade e suas justificações íntimas são de grande significação para a estrutura do domínio. Na verdade, os tipos puros raramente se encontram, na realidade. Mas hoje não podemos tratar de variantes, transições e combinações altamente complexas desses tipos puros, cujos problemas pertencem à “ciência política”. Interessamo-nos, aqui, principalmente pelo segundo desses tipos: domínio em virtude da dedicação, dos que obedecem, ao “carisma” exclusivamente pessoal do “líder”. Pois essa é a raiz de uma vocação em sua expressão mais elevada.

A dedicação ao carisma do profeta, ou ao líder na guerra, ou ao grande demagogo na *ecclesia* ou no parlamento, significa que o líder é pessoalmente reconhecido como o líder inerentemente "chamado" dos homens. Os homens não o obedecem em virtude da tradição ou lei, mas porque acreditam nele. Quando é mais do que um oportunista limitado e presunçoso, o líder vive para sua causa e "luta pela sua obra".¹ A dedicação de seus discípulos, seus seguidores, seus amigos pessoais do partido é orientada para a sua pessoa e para suas qualidades.

A liderança carismática surgiu em todos os lugares e em todas as épocas históricas. Mais destacadamente no passado, surgiu nas duas figuras do mágico e profeta, de um lado, e do senhor de guerra eleito, o líder de grupo e *condottiere*, do outro. A liderança política, na forma do "demagogo" livre que nasceu no solo da cidade-Estado, é de maior interesse para nós. Como a cidade-Estado, o demagogo é peculiar ao Oriente, especialmente à cultura mediterrânea. Além disso, a liderança política na forma do "líder partidário" parlamentar cresceu no solo do Estado constitucional, que também só é indígena do Ocidente.

Esses políticos de "vocação", no sentido mais autêntico da palavra, são em toda parte as únicas figuras decisivas nas correntes cruzadas da luta política pelo poder. Os meios auxiliares à sua disposição também são altamente decisivos. Como os poderes politicamente dominantes conseguem manter seu domínio? A questão é válida para qualquer tipo de domínio, portanto também para o domínio político em todas as suas formas, tradicionais, legais e carismáticas.

O domínio organizado, que demanda a administração contínua, exige que a conduta humana seja condicionada à obediência para com os senhores que pretendem ser os portadores do poder legítimo. Por outro lado, em virtude da obediência, o domínio organizado exige o controle dos bens materiais que em determinado caso são necessários para o uso da violência física. Assim, o domínio organizado exige o controle do quadro de pessoal executivo e os implementos materiais da administração.

O quadro administrativo, que representa externamente a organização do domínio político, é, certamente, como qualquer outra organização, limitado pela obediência ao detentor do poder e não apenas pelo conceito de legitimidade, do qual falamos acima. Há dois outros meios atraentes para os interesses pessoais: a recompensa material e a honraria social. Os feudos de um vassalo, as prebendas das autoridades patrimoniais, os salários dos modernos servidores públicos, a honra dos cavaleiros, os privilégios dos estados e a honra do servidor público compreendem seus respectivos proventos. O temor de perdê-los é a base final e decisiva para a solidariedade existente entre o quadro executivo e o detentor do poder. Há honra e pilhagem para os seguidores, na guerra; para o séquito do demagogo, há os "despojos" – ou seja, a exploração dos dominados, através do monopólio dos cargos – e há lucros e prêmios à vaidade, politicamente determinados. Todas essas recompensas são também derivadas do domínio exercido pelo líder carismático.

Para manter um domínio pela força são necessários certos bens materiais, tal como ocorre com uma organização econômica. Todos os Estados podem ser classificados segundo o fato de se basearem no princípio de que os próprios quadros são *donos* dos meios administrativos, ou de que os quadros são "separados" desses meios de administração. Essa distinção é válida no mesmo sentido em que dizemos hoje que o empregado assalariado e o proletário na empresa capitalista estão "separados" dos meios materiais de produção. O detentor do poder deve ser capaz de contar com a obediência dos membros do quadro, autoridades, ou quem quer que seja. Os meios administrativos podem consistir em dinheiro, edifícios, material bélico, veículos, cavalos e muitas outras coisas. Tudo depende de o detentor do poder dirigir e organizar, ou não, a administração, embora delegando poder executivo a servidores pessoais, autoridades contratadas, ou favoritos e pessoas de confian-

ça, que não são os donos, isto é, que não usam os meios materiais de administração ao seu talento, mas são dirigidos pelo senhor. A distinção é observada em todas as organizações administrativas do passado.

Essas associações políticas nas quais os meios materiais de administração são controlados autonomamente, no todo ou em parte, pelo quadro administrativo dependente, podem ser chamadas associações organizadas em "estamentos". O vassalo na associação feudal, por exemplo, pagava do seu próprio bolso a administração e judicatura do distrito que lhe era entregue como feudo. Ele próprio fornecia seu equipamento e provisões de guerras, e o mesmo faziam seus subvassalos. É claro que isto tinha conseqüências para o poderio do senhor, que só se baseava numa relação de fé pessoal e no fato de que a legitimidade de sua possessão do feudo e a honra social do vassalo eram derivadas do senhor geral.

Em toda parte, porém, remontando até as mais antigas formações políticas, encontramos também o próprio senhor dirigindo a administração. Ele busca tomá-la em suas mãos tornando os homens pessoalmente dependentes dele: escravos, agregados domésticos, atendentes, "favoritos" pessoais e prebendários enfeudados em dinheiro ou *in natura* aos seus armazéns. Busca cobrir as despesas com seus próprios recursos, com a receita de seu patrimônio; e busca criar um exército que seja dependente dele pessoalmente, porque é equipado e abastecido de seus celeiros, armazéns e arsenais. Na associação dos "estamentos", o senhor domina com a ajuda de uma "aristocracia" autônoma e, portanto com ela divide seu domínio. O senhor que administra pessoalmente é apoiado seja pelos membros de sua Casa ou pelos plebeus. Estes são camadas sem propriedades que não têm honra social própria; materialmente, estão completamente presos a ele e não encontram apoio em nenhum poder rival próprio. Todas as formas de domínio patriarcal e patrimonial, despotismo sultana e estados burocráticos pertencem a esse último tipo. A ordem estatal burocrática é especialmente importante: em seu aspecto mais racional, ela é precisamente característica do Estado moderno.

Em toda parte, o desenvolvimento do Estado moderno é iniciado através da ação do príncipe. Ele abre o caminho para a expropriação dos portadores autônomos e "privados" do poder executivo que estão ao seu lado, daqueles que possuem meios de administração próprios, meios de guerra e organização financeira, assim como os bens politicamente usáveis de todos os tipos. A totalidade do processo é um paralelo completo ao desenvolvimento da empresa capitalista através da expropriação gradativa dos produtores independentes. Por fim, o Estado moderno controla os meios totais de organização política, que na realidade se agrupam sob um chefe único. Nenhuma autoridade isolada possui, pessoalmente, o dinheiro que paga, ou os edifícios, armazéns, ferramentas e máquinas de guerra que controla. No "Estado" contemporâneo – e isso é essencial ao conceito de Estado – a "separação" entre o quadro administrativo, os funcionários administrativos e os trabalhadores, em relação aos meios materiais de organização administrativa, é completa. Aqui começa a maior parte da evolução moderna e vemos com nossos próprios olhos a tentativa de estabelecer a expropriação desse expropriador dos meios políticos e, portanto, do poder político.

A revolução [da Alemanha, 1918] realizou, pelo menos na medida em que os líderes tomaram o lugar das autoridades estatuídas, isto: os líderes, pela usurpação ou eleição, conseguiram o controle do quadro político e do aparato dos bens materiais; e deduzem sua legitimidade – não importa com que direito – da vontade dos governados. Se os líderes, à base deste êxito pelo menos evidente, têm o direito de manter a esperança de realizar também a expropriação dentro das empresas capitalistas é questão diferente. A direção das empresas capitalistas, apesar de analogias de grande alcance, segue leis diferentes das leis de administração política.

Não tomamos posição, aqui, sobre essa questão. Descrevo apenas o aspecto puramente *conceptual* de nossa consideração: o Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território. Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos de seus líderes, e expropriou todos os funcionários autônomos dos estamentos, que antes controlavam esses meios por direito próprio. O Estado tomou-lhes as posições e agora se coloca no lugar mais elevado.

Durante esse processo de expropriação política, ocorrido com variado êxito em todos os países da Terra, surgiram os "políticos profissionais", noutro sentido. Apareceram primeiro a serviço de um príncipe. Eram homens que, ao contrário do líder carismático, não queriam ser senhores, mas que se colocavam a serviço dos senhores políticos. Na luta da expropriação, eles se colocavam à disposição dos príncipes e, administrando-lhes as políticas, ganhavam, de um lado, a vida e, do outro, um conteúdo de vida ideal. E, ainda nesse caso, *somente* no Ocidente encontramos esse tipo de político profissional a serviço de outros poderes além do príncipe. No passado, foram o mais importante instrumento do poder do príncipe e seu instrumento de expropriação política.

Antes de discutirmos os "políticos profissionais" em detalhe, vamos esclarecer em todos os seus aspectos o estado de coisas apresentado pela sua existência. A política, tal como as iniciativas econômicas, pode ser uma ocupação subsidiária ou uma vocação. O homem pode dedicar-se à política, e portanto buscar influir na distribuição do poder dentro de estruturas políticas e entre elas, como um político "ocasional". Somos todos políticos "ocasionais" quando votamos ou consumamos uma expressão de intenção semelhante, como aplaudir ou protestar num comício "político", ou ao pronunciar um discurso "político", etc. Toda a relação de muitas pessoas para com a política se limita a isso. A política como atividade secundária é praticada hoje por todos os agentes partidários e chefes de associações políticas voluntárias que, em geral, só são politicamente atuantes no caso de necessidade e para quem a política não é, material ou idealmente, "sua vida", em primeiro lugar. O mesmo se aplica aos membros dos conselhos estatais e órgãos deliberativos semelhantes que funcionam apenas quando convocados. Também se aplica a camadas bastante amplas dos parlamentares que só são politicamente atuantes durante as sessões. No passado, encontravam-se essas camadas especialmente entre os estamentos. Os proprietários dos implementos militares, ou de bens importantes para a administração, ou de prerrogativas pessoais, podem ser chamados "estamentos". Uma grande parte deles estava longe de dedicar a vida, no todo ou de forma simplesmente preferencial, ou mais do que ocasionalmente, ao serviço da política. Eles exploravam, antes, suas prerrogativas com o interesse de obter uma renda ou mesmo um lucro; e só se tornavam ativos no serviço das associações políticas quando o senhor dos que lhes eram iguais em *status* assim o exigia. Não havia diferença no caso de alguma das forças auxiliares que o príncipe lançava na luta pela criação de uma organização política que ficasse exclusivamente à sua disposição. Foi essa a natureza dos *Räte von Haus aus* [conselheiros] e, ainda mais remotamente, de parte considerável de conselheiros que se reuniam na *Curia* e outros órgãos deliberativos dos príncipes. Mas essas forças meramente ocasionais, empenhadas na política, não eram naturalmente suficientes ao príncipe. Ele buscava, necessariamente, criar um quadro de colaboradores dedicados, total e exclusivamente, a seu serviço; daí, a fazer disso sua principal vocação. A estrutura da nascente organização política dinástica, e não apenas isso, mas também toda a articulação da cultura, dependia, em proporções consideráveis, do problema de onde o príncipe recrutava agentes.

Era necessário também um quadro para as associações políticas cujos membros se constituíam em comunas politicamente "livres" (assim ditas) sob a abolição completa, ou a restrição bastante acentuada, do poder principesco.

Eram "livres" não no sentido moderno de liberdade em relação ao domínio pela força, mas no sentido de que o poder do príncipe legitimado pela tradição (na maioria dos casos, santificado religiosamente) como fonte exclusiva de toda autoridade estava ausente. Essas comunidades têm sua sede histórica no Ocidente. Seu núcleo foi a cidade como órgão político, a forma pela qual a cidade surgiu primeiro na área cultural mediterrânica. Em todos esses casos, como eram os políticos que fizeram da política a sua principal vocação?

Há dois modos principais pelos quais alguém pode fazer da política a sua vocação: viver "para" a política, ou viver "da" política. Esse contraste não é, de forma alguma, exclusivo. Em geral, o homem faz as duas coisas, pelo menos em pensamento e, certamente, também a ambas na prática. Quem vive "para" a política faz dela a sua vida, num sentido interior. Desfruta a posse pura e simples do poder que exerce, ou alimenta seu equilíbrio interior, seu sentimento íntimo, pela consciência de que sua vida tem *sentido* a serviço de uma "causa". Nesse sentido interno, todo homem sincero que vive para uma causa também vive dessa causa. A distinção, no caso, refere-se a um aspecto muito mais substancial da questão, ou seja, o econômico. Quem luta para fazer da política uma *fonte de renda* permanente, vive "da" política como vocação, ao passo que quem não age assim vive "para" a política. Sob o domínio da ordem da propriedade privada, algumas – se quiserem – precondições muito triviais devem existir, para que uma pessoa possa viver "para" a política, nesse sentido econômico. Em condições normais, o político deve ser economicamente independente da renda que a política lhe pode proporcionar. Isto significa, muito simplesmente, que o político deve ser rico ou deve ter uma posição pessoal na vida que lhe proporcione uma renda suficiente.

Isso ocorre pelo menos em circunstâncias normais. O séquito do senhor de guerra preocupa-se tão pouco com as condições de uma economia normal quanto a multidão das ruas que segue o herói revolucionário. Ambos vivem dos espólios, do saque, dos confiscos, contribuições e a imposição de meio circulante vil e compulsório, o que em essência equivale à mesma coisa. Mas, necessariamente, tais fenômenos são extraordinários. Na vida econômica cotidiana, somente a riqueza pode tornar o homem economicamente independente. Mas isso apenas não basta. O político profissional deve ser também economicamente "dispensável", isto é, sua renda não deve depender do fato de que ele coloca, constante e pessoalmente, sua capacidade e pensamento totalmente, ou pelo menos predominantemente, a serviço da aquisição econômica. Da forma mais incondicional, o homem que vive de rendimentos é dispensável nesse sentido. Portanto, ele é o homem que recebe uma renda para a qual não trabalhou. Pode ser o senhor territorial do passado ou o grande dono de terras e aristocrata do presente, que recebe renda delas. Na Antigüidade e na Idade Média os que recebiam rendas dos escravos ou servos, ou nos tempos modernos, rendas de ações ou títulos ou fontes semelhantes – são essas as pessoas que vivem de rendas.

Nem o trabalhador nem o empresário – e isso deve ser bem notado – especialmente o empresário moderno, de grande escala, é economicamente dispensável, nesse sentido. Pois é precisamente o empresário que está ligado à sua empresa, sendo por isso indispensável. Isso se aplica ao empresário na indústria, muito mais do que na agricultura, considerando o caráter sazonal desta. Em geral, é muito difícil ao empresário ser representado em sua empresa por alguma outra pessoa, mesmo temporariamente. Ele é tão indispensável quanto o médico, e quanto mais destacado e ocupado for, tanto menos dispensável será. Por motivos puramente orgânicos, é fácil ao advogado ser dispensável, e, apesar disso, ele tem desempenhado um papel incomparavelmente maior, e com frequência mesmo dominante, como político profissional. Não continuaremos nesta classificação; preferimos esclarecer algumas de suas ramificações.

A liderança de um Estado ou de um partido por homens que (no sentido econômico da palavra) vivem exclusivamente para a política, e não da política, significa necessariamente

um recrutamento "plutocrático" das principais camadas políticas. Na verdade, isto não quer dizer que essa liderança plutocrática significa, ao mesmo tempo, que as camadas politicamente dominantes não buscaram também viver "da" política e portanto que a camada dominante não explorará, habitualmente, seu domínio político em favor de seu próprio interesse econômico. Tudo isso é indiscutível, naturalmente. Jamais houve uma camada que não tivesse, de alguma forma, vivido "da" política. Queremos dizer apenas que o político profissional não precisa buscar uma remuneração direta pelo trabalho político, ao passo que todo político sem meios deve, absolutamente, pretender essa remuneração. Por outro lado, não pretendemos dizer que o político sem propriedades buscará vantagens econômicas privadas através da política, exclusivamente, ou mesmo predominantemente. Nem pretendemos dizer que ele não pensará, em primeiro lugar, "no problema". Nada seria mais incorreto. Segundo toda a experiência, o zelo pela "segurança" econômica de sua existência é consciente, ou inconscientemente, um ponto capital em toda a orientação de vida do homem rico. O idealismo político descuidado e sem reservas só se encontra, se não exclusivamente pelo menos predominantemente, entre as camadas que, em virtude de sua carência de propriedades, estão completamente fora dos círculos interessados na manutenção da ordem econômica de uma determinada sociedade. Isso é válido especialmente para as épocas extraordinárias e, portanto, revolucionárias. Um recrutamento não-plutocrático de políticos interessados, de liderança e seguidores, está conjugado com a precondição subentendida de que uma renda regular e suficiente será proporcionada aos que se ocupam da política.

A política pode ser conduzida "honorificamente" e portanto – como se diz habitualmente – por homens "independentes", isto é, ricos, e especialmente pelos que vivem de rendas. Ou a liderança política pode ser acessível aos homens sem propriedades, que necessitam de uma recompensa. O político profissional que vive "da" política pode ser um "funcionário" exclusivamente "prebendário" ou assalariado. Nesse caso, o político recebe uma renda seja de taxas e tributos sobre serviços específicos – gorjetas e subornos são apenas uma variação irregular e formalmente ilegal dessa categoria de renda – ou uma renda fixa em natureza, um salário monetário, ou ambos. Pode assumir o caráter de um "empresário", como o *condottiere* ou o portador de uma autorização para recolher impostos ou um cargo comprado, ou como o político americano que considera seus custos como um investimento de capital que ele faz render através da exploração de sua influência. Pode também receber um salário fixo, como um jornalista, secretário de partido ou ministro de um Gabinete moderno, ou autoridade política. As concessões feudais, as concessões de terras e prebendas de todos os tipos foram clássicos, no passado. Com o desenvolvimento da economia monetária, os requisitos preliminares e prebendas tornam-se, especialmente, as recompensas típicas para o apoio aos príncipes, conquistadores vitoriosos ou chefes partidários bem-sucedidos. Em troca de serviços leais, hoje, os líderes partidários distribuem cargos de todos os tipos – nos partidos, jornais, sociedades cooperativas, companhias de seguros, municipalidades, bem como no Estado. Todas as lutas partidárias são lutas para o controle de cargos, bem como lutas para metas objetivas.

Na Alemanha, todas as lutas entre os proponentes do Governo central e local se centralizam na questão dos poderes que controlarão os cargos, quer em Berlim, Munique, Karlsruhe ou Dresden. As restrições na participação da distribuição de cargos são mais sérias para os partidos do que qualquer ação contra suas metas objetivas. Na França, a substituição de prefeito em consequência da política partidária sempre foi considerada como uma transformação maior e sempre causou maiores protestos do que a modificação do programa governamental – que tem quase que a significação de um mero palavrório. Alguns partidos, especialmente na América, desde o desaparecimento dos velhos conflitos sobre a interpretação da constituição, transformaram-se em simples partidos para o controle

de cargos, distribuindo empregos e modificando seu programa material segundo as oportunidades de conseguir votos.

Na Espanha, até recentemente, os dois grandes partidos, de uma forma convencionalmente fixa, se substituíam no poder através de "eleições" fabricadas na cúpula, a fim de proporcionar cargos aos seus seguidores. Nos territórios coloniais espanhóis, nas chamadas "eleições", bem como nas chamadas "revoluções", o que estava em jogo era sempre o cesto de pão do Governo do qual os vencedores se queriam alimentar.

Na Suíça, os partidos dividiram pacificamente os cargos entre si, proporcionalmente, e alguns dos nossos esboços constitucionais "revolucionários", por exemplo o primeiro esboço da constituição badeniana, tentaram estender esse sistema até os postos ministeriais. Assim, o Estado e os cargos estatais eram considerados como simples instituições para a divisão em despojos.

O Partido Católico do Centro foi quem se mostrou mais entusiasmado com esse projeto. Na Badênia, o partido, como elemento de sua plataforma política, tornou a distribuição de cargos proporcional às crenças religiosas e, portanto, sem qualquer relação com o mérito. Essa tendência torna-se mais forte para todos os partidos quando o número de cargos aumenta em conseqüência da burocratização geral e quando a exigência de cargos aumenta porque representam um meio de vida especificamente seguro. Para seus adeptos, os partidos se tornam cada vez mais um meio para alcançar o fim de ser beneficiado dessa maneira.

A evolução do funcionalismo moderno no sentido de se tornar uma força de trabalho profissional e altamente especializada, através de longos anos de treinamento preparatório, opõe-se a essa situação. A burocracia moderna, no interesse da integridade, desenvolveu um elevado senso de honra estamental, sem o qual haveria fatalmente o perigo de uma corrupção terrível e de um vulgar espírito interesseiro. E, sem essa integridade, até mesmo as funções puramente técnicas do aparato estatal seriam postas em risco. A significação do aparato estatal para a economia vem aumentando, especialmente com a crescente socialização, e sua significação aumentará ainda mais.

Nos Estados Unidos, a administração amadorística, através de políticos rapaces, de acordo com o resultado das eleições presidenciais, teve como conseqüência a substituição de centenas de milhares de funcionários, incluindo até um simples carteiro. A administração nada sabia do servidor público profissional, que a isso dedica a sua vida; não obstante, essa administração amadorística foi, há muito, limitada pela Reforma do Serviço Público. As necessidades puramente técnicas, incontestáveis, da administração determinaram tal evolução.

Na Europa, o funcionalismo especializado, baseado na divisão do trabalho, surgiu numa evolução gradativa de meio milhar de anos. As cidades italianas e senhorias foram o início, entre as monarquias, e os estamentos dos conquistadores normandos. O passo decisivo, porém, foi dado em relação à administração das finanças do príncipe. Com as reformas administrativas do Imperador Max, podemos ver como foi difícil para os servidores depor com êxito o príncipe, nesse setor, mesmo sob a pressão da emergência extrema e do domínio turco. A esfera das finanças era a que menos podia tolerar o diletantismo de um governante – que, naquela época, era acima de tudo um cavaleiro. O desenvolvimento da técnica guerreira exigiu o perito e o oficial especializado. Nessas três áreas – finanças, guerra e direito – os servidores especializados nos Estados mais adiantados triunfavam claramente durante o século XVI. Com a ascendência do absolutismo do príncipe sobre os estamentos, houve simultaneamente uma abdicação gradativa do seu Governo autocrático em favor de um corpo de servidores especializados. Esses funcionários apenas facilitaram a vitória do príncipe sobre os estamentos.

O aparecimento dos "políticos destacados" se fez juntamente com a ascendência de um funcionalismo especializado, embora em transições muito menos perceptíveis. É claro que esses conselheiros realmente decisivos dos príncipes existiram em todas as épocas e em todo o mundo. No Oriente, a necessidade de afastar do Sultão a responsabilidade pessoal pelo êxito do Governo criou a figura típica do "Grão-Vizir". No Ocidente, influenciada principalmente pelos relatórios dos legados venezianos, a diplomacia tornou-se a princípio uma arte cultivada *conscientemente* na época de Carlos V, no tempo de Maquiavel. Os relatos dos legados venezianos eram lidos com zelo apaixonado nos círculos diplomáticos especializados. Os adeptos dessa arte, que eram em geral educados humanisticamente, tratavam-se como iniciados treinados, semelhantes aos estadistas humanistas chineses no último período dos estamentos belicosos. A necessidade de uma direção formalmente unificada de toda a política, inclusive dos assuntos internos, por um estadista principal, só surgiu de forma final e vigorosa com a evolução constitucional. É claro que personalidades individuais, como os conselheiros dos príncipes, ou antes, na verdade, os líderes, haviam existido repetidamente antes disso. Mas a organização de agências administrativas mesmo nos Estados mais adiantados seguiu primeiramente outros caminhos. Surgiram as agências administrativas colegiadas de cúpula. Em teoria, e em proporções gradativamente decrescentes, na verdade, elas se reuniam sob a presidência pessoal do príncipe, que tomava as decisões. Esse sistema colegiado levou às exposições de motivos, contra-exposições e ao voto racional da maioria e da minoria. Além dos funcionários e das autoridades mais elevadas, o príncipe cercava-se de pessoas de confiança puramente pessoal – o "Gabinete" – e através delas tomava suas decisões, depois de examinar as resoluções do conselho estatal, ou qualquer outro nome que tivesse a mais alta agência estatal. O príncipe, colocando-se cada vez mais na posição do diletante, buscava livrar-se do peso, necessariamente crescente, dos servidores especializados, usando para isso o sistema colegiado e o Gabinete. Buscava conservar a liderança em nível mais elevado. Essa luta latente entre o funcionalismo especializado e o Governo autocrático existiu sempre. A situação só se modificou frente aos parlamentos e às aspirações de poder dos líderes partidários. Condições muito diferentes levaram a resultado externamente idêntico, embora, na verdade, com algumas diferenças. Sempre que as dinastias conservavam o poder prático nas suas mãos – como ocorreu especialmente na Alemanha – os interesses do príncipe associavam-se aos interesses do funcionalismo *contra* o parlamento e suas aspirações de poder. Os funcionários interessavam-se também pelas posições de destaque, ou seja, postos ministeriais, fazendo delas um objetivo da carreira oficial. O monarca, por sua vez, interessava-se em poder nomear os ministros entre os servidores dedicados, à sua discricção. Ambos os grupos, porém, queriam ver a liderança política enfrentar o parlamento de modo unido e solidário e, daí, ver o sistema colegiado substituído por um único chefe do Gabinete. Além disso, a fim de ser afastado, de modo exclusivamente formal, da luta dos partidos e dos ataques partidários, o monarca necessitava de uma pessoa que o protegesse e assumisse a responsabilidade, ou seja, que respondesse ao parlamento e negociasse com os partidos. Todos esses interesses funcionaram juntos e na mesma direção: surgiu um ministro para dirigir a esfera oficial de modo unificado.

Quando o parlamento predominou sobre o monarca – como na Inglaterra – o desenvolvimento do poder parlamentar agiu ainda mais fortemente na direção de uma unificação do aparato estatal. Na Inglaterra, o "Gabinete", tendo como "líder" o chefe do parlamento, desenvolveu-se como um comitê do partido que controla a maioria. Esse poder partidário era ignorado oficialmente, mas na verdade somente ele era politicamente decisivo. Os órgãos colegiados oficiais, como tal, não eram órgãos do poder dominante, o partido, e portanto não poderiam ser os depositários do verdadeiro Governo. O partido dominante exigia uma organização sempre pronta, composta *apenas* de seus homens principais, que

discutiriam confidencialmente as questões a fim de manterem o poder entre si e serem capazes de se dedicar à grande política, fora do grupo. O Gabinete é simplesmente essa organização. Em sua relação com o público, porém, especialmente o público parlamentar, o partido precisava de um líder responsável por todas as decisões – o chefe do Gabinete. O sistema inglês foi levado para o continente europeu na forma de ministérios parlamentares. Somente na América e nas democracias por ela influenciadas, um sistema bastante heterogêneo foi contraposto a este. O sistema americano coloca o líder do partido vitorioso, eleito direta e popularmente, na chefia do aparato de servidores por ele nomeados e só o torna dependente do consentimento do “parlamento” em questões orçamentárias e legislativas.

O desenvolvimento da política numa organização que exigia o treinamento na luta pelo poder, e nos métodos dessa luta, tal como o desenvolveram os modernos partidos políticos, determinou a separação dos funcionários públicos em duas categorias que, porém, não são rigidamente separadas, embora sejam distintas. Essas categorias são os funcionários “administrativos”, de um lado, e os funcionários “políticos”, de outro. Estes, no verdadeiro sentido da palavra, “políticos”, podem ser reconhecidos regular e extremamente pelo fato de poderem ser transferidos a qualquer momento, de serem demissíveis ou pelo menos afastados temporariamente. São como os prefeitos franceses e funcionários equivalentes de outros países, e isso contrasta agudamente com a “independência” dos funcionários com atribuições judiciais. Na Inglaterra, os funcionários que, segundo convenção fixa, se afastam do cargo quando há uma modificação na maioria parlamentar, e daí uma modificação no Gabinete, pertencem a esta categoria. Há entre eles, habitualmente, alguns cuja competência inclui o controle da “administração interna” geral. O elemento político consiste, acima de tudo, na tarefa de manter a “lei e a ordem” no país, e, portanto, da manutenção das relações de poder existentes. Na Prússia esses funcionários, de acordo com o decreto de Puttkamer e a fim de evitar a censura, eram obrigados a “representar a política do Governo”. E como os prefeitos da França, eles eram usados como um aparato oficial para influir nas eleições. A maioria dos funcionários “políticos” do sistema alemão – em contraste com outros países – eram igualmente limitados no que se refere ao acesso aos postos que exigiam uma educação universitária, exames especiais e serviço preparatório especial. Na Alemanha, somente os chefes do aparato político, os ministros, carecem dessa característica específica do serviço público moderno. Mesmo sob o regime antigo, era possível ser Ministro da Educação da Prússia sem ter freqüentado jamais qualquer instituição de ensino superior, mas só se podia ser *Vortragender Rat*⁷ à base de um exame determinado. Os *Dezernent* e *Vortragender Rat* especializados e treinados eram, é claro, muito melhor informados sobre os verdadeiros problemas técnicos da divisão do que seu chefe – por exemplo, Althoff, no Ministério da Educação prussiano. Não era diferente na Inglaterra. Assim, em todas as exigências rotineiras o chefe de divisão era mais poderoso do que o ministro, o que se justificava. O ministro era simplesmente o representante da constelação de poder político; tinha de representar os poderosos quadros políticos e tinha de analisar as propostas de seus funcionários especializados, subordinados, ou dar-lhes a orientação de natureza política.

Afinal de contas, as coisas são muito semelhantes numa empresa econômica privada: o verdadeiro “soberano”, as assembleias de acionistas, influi tão pouco na administração quanto um “povo” governado pelos funcionários especializados. E as pessoas que decidem a política da empresa, a “diretoria” controlada pelo banco, dão apenas a orientação econômica e selecionam as pessoas para a administração, sem serem, elas mesmas, capazes de dirigir tecnicamente a empresa. Assim, a presente estrutura do Estado revolucionário não encerra nada de novo, em princípio. Coloca o controle da administração nas mãos de diletantes absolutos que, em virtude do seu controle das metalhadoras, preferem usar os funcionários

especializados apenas como chefes e auxiliares executivos. As dificuldades do presente sistema estão em outros aspectos, mas essas dificuldades não nos interessam, aqui. Vamos examinar, antes, a peculiaridade típica dos políticos profissionais, dos "líderes" bem como de seus seguidores. Sua natureza modificou-se e hoje varia muito, de um caso para outro.

Vimos que no passado os "políticos profissionais" se desenvolveram através da luta dos príncipes com os estamentos e que serviram aos príncipes. Vamos examinar rapidamente os principais tipos desses políticos profissionais.

Enfrentando os estamentos, o príncipe encontrou apoio nas camadas politicamente exploráveis, fora da ordem dos estamentos. Entre estas estavam, primeiro, o clero das Índias Ocidentais e Orientais, na China budista e no Japão, na Mongólia lamaísta, tal como nos territórios cristãos da Idade Média. O clero era tecnicamente útil porque era alfabetizado. A importação dos brâmanes, sacerdotes políticos, lamas e o emprego de bispos e padres como conselheiros políticos ocorreram com o objetivo de obter forças administrativas que soubessem ler e escrever e pudessem ser usadas na luta do imperador, príncipe ou cã, contra a aristocracia. Ao contrário do vassalo que enfrentava o senhor geral, o clero, especialmente o celibatário, estava fora da máquina dos interesses políticos e econômicos e não era tentado pela luta pelo poder político, para si ou seus descendentes. Em virtude do seu próprio *status*, o clero estava "separado" dos implementos controladores da administração do príncipe.

Os literatos de educação humanista compreendem a segunda dessas camadas. Houve uma época em que se aprendia a escrever discursos latinos e versos gregos para se poder ser conselheiro político de um príncipe e, principalmente, para ser memorialista. Foi a época do primeiro florescimento das escolas humanistas e das fundações principescas para professores de "poética". Para nós, foi uma época transitória, que teve influência bastante persistente em nosso sistema educacional, sem maiores resultados políticos, porém. No Leste da Ásia, foi diferente. O mandarim chinês é, ou antes foi originalmente, quase o mesmo que o humanista de nosso período da Renascença: um letrado treinado humanisticamente e testado nos monumentos lingüísticos do passado remoto. Quando lemos os diários de Li Hung Chang vemos que seus maiores motivos de orgulho são seus poemas e o fato de ser um bom calígrafo. Esta camada, com suas convenções desenvolvidas e modeladas pela Antigüidade chinesa, determinou todo o destino da China; e talvez nosso destino tivesse sido semelhante se os humanistas, em sua época, tivessem a menor possibilidade de conseguir influência semelhante.

A terceira camada era a nobreza cortesã. Depois que os príncipes conseguiram expropriar o poder político da nobreza como um estamento, atraíram os nobres para a corte e os usaram em seu serviço político e diplomático. A transformação de nosso sistema educacional no século XVII foi, em parte, determinada pelo fato de terem os nobres da corte, como políticos profissionais, substituído os literatos humanistas e ingressado no serviço dos príncipes.

A quarta categoria foi uma instituição especificamente inglesa. Uma camada patricia desenvolveu-se ali, compreendida pela pequena nobreza e pelos que viviam de rendas: são chamados, tecnicamente, de "gentis-homens". Essa classe inglesa representa uma camada que o príncipe atraía originalmente a fim de neutralizar os barões. O príncipe colocava a camada na posse dos cargos de "Governo autônomo", e mais tarde ele próprio passou a depender cada vez mais deles. Os gentis-homens mantinham a posse de todos os cargos da administração local, assumindo-os sem vantagens, no interesse de seu próprio poder social. Os gentis-homens salvaram a Inglaterra da burocratização que foi o destino de todos os Estados continentais.

Uma quinta camada, o jurista de formação universitária, é peculiar ao Ocidente, especialmente ao continente europeu, e foi de significação decisiva para a estrutura política do con-

tinente. O tremendo efeito posterior do Direito Romano, transformado pelo Estado burocrático romano do período final, destaca-se principalmente pelo fato de que em toda parte a revolução da administração política na direção do Estado racional foi promovida pelos juristas formados. Isso ocorreu também na Inglaterra, embora ali as grandes corporações nacionais de juristas tivessem dificultado a recepção do Direito Romano. Não há analogia com esse processo em nenhuma área do mundo.

Todo o início do pensamento jurídico racional da Escola Indiana de Mimamsa e todo o cultivo, posterior, do pensamento jurídico antigo no Islã foram incapazes de impedir que a noção do Direito racional fosse superada pelas formas teológicas de pensamento. Acima de tudo, o processo legal não foi plenamente racionalizado nos casos da Índia e do Islamismo. Essa racionalização foi provocada no continente europeu apenas através do uso da velha jurisprudência romana pelos juristas italianos. A jurisprudência romana é o produto de uma estrutura política que surge da cidade-Estado para alcançar domínio mundial – um produto de natureza excepcional. O *usus modernus* dos últimos pandectistas e canonistas medievais fundiu-se às teorias do direito natural, nascida do pensamento jurídico e cristão, mais tarde secularizado. Esse racionalismo jurídico teve seus grandes representantes entre a *podestà* italiana, os juristas criminais, na França (que criaram os meios formais de solapar o domínio dos *seigneurs* pelo poderio real), entre os canonistas e teólogos dos concílios eclesiásticos (pensando em termos de direito natural), entre os juristas da corte e juizes acadêmicos dos principados continentais, entre os professores holandeses de Direito Natural e os monarquistas, entre os juristas criminais e legislativos, entre a *noblesse de robe* do Parlamento francês e, finalmente, entre os juristas da época da Revolução Francesa.

Sem esse racionalismo jurídico, a ascensão do Estado absoluto é tão pouco imaginável quanto a revolução. Se examinarmos os protestos dos Parlamentos franceses ou os cadernos dos Estados-Gerais franceses do século XVI ao ano de 1789, veremos em toda parte o espírito dos juristas. E se examinarmos a composição ocupacional dos membros da Assembléia Francesa, encontraremos ali – embora os membros da Assembléia fossem eleitos através de uma franquia igual – um único proletário, poucos empresários burgueses, mas juristas em massa, de todos os tipos. Sem eles, a mentalidade específica que inspirou esses intelectuais radicais e seus projetos seria inconcebível. Desde a Revolução Francesa, o moderno jurista e a moderna democracia associaram-se absolutamente. E os juristas, em nosso sentido de um grupo de *status* independente, só existem também no Ocidente. Desenvolveram-se desde a Idade Média, partindo do *Fürsprech* do processo formalista da Alemanha, sob o impacto da racionalização do julgamento.

A significância do jurista na política ocidental, desde a ascensão dos partidos, não é acidental. O controle da política pelos partidos significa, simplesmente, o controle pelos grupos de interesse. Veremos, dentro em pouco, o que isto significa. O ofício do advogado treinado é defender, com eficiência, a causa dos clientes interessados. Nisso, o advogado é superior a qualquer “funcionário”, tal como a superioridade da propaganda inimiga [a propaganda aliada na guerra de 1914-18] nos mostra. Sem dúvida ele pode defender e vencer uma causa apoiado em argumentos logicamente fracos e que, nesse sentido, é uma causa “fraca”. Não obstante, ele a ganha porque tecnicamente faz para ela uma “argumentação forte”. Mas o advogado só pode defender com êxito uma causa que pode ser apoiada em argumento de força lógica, tratando assim “bem” uma causa “boa”. Com demasiada frequência o servidor civil como político transforma uma causa boa sob todos os aspectos numa causa “fraca”, através de uma argumentação tecnicamente “fraca”. Foi isso o que aconteceu conosco. Em grau bastante acentuado, a política de hoje é na verdade conduzida em público por meio da palavra escrita ou falada. Pesar o efeito da palavra propriamente é tarefa do advogado; mas não se enquadra entre as atribuições do servidor público. Este não

é demagogo, nem tem o objetivo de ser. Se, não obstante, ele tenta tornar-se demagogo, o faz habitualmente, de forma imperfeita.

Segundo sua vocação, o funcionário autêntico – e isso é decisivo para a avaliação de nosso antigo regime – não se dedicará à política. Deve dedicar-se, de preferência, à “administração” imparcial. Isso também é válido para o chamado administrador “político”, pelo menos oficialmente, na medida em que a *raison d'état*, ou seja, os interesses vitais da ordem dominante não estiverem em causa. *Sine ira et studio*, “sem ressentimento nem preconceito”, ele administrará seu cargo. Daí não fazer precisamente o que o político, o líder bem como seu séquito, tem sempre e necessariamente de fazer, ou seja, *lutar*.

Tomar uma posição, ser apaixonado – *ira et studium* é o elemento do político e, acima de tudo, o elemento do líder político. Sua conduta está sujeita a um princípio de responsabilidade muito diferente e, na verdade, exatamente contrário ao princípio do servidor público. A honra deste está em sua capacidade de executar conscienciosamente a ordem das autoridades superiores, exatamente como se a ordem concordasse com sua convicção pessoal. Isso é válido até mesmo se a ordem lhe parece errada e se, apesar dos protestos do servidor civil, a autoridade insiste nela. Sem essa disciplina moral e essa omissão voluntária, no sentido mais elevado, todo o aparato cairia aos pedaços. A honra do líder político, do estadista importante, porém, está precisamente numa responsabilidade *pessoal* exclusiva pelo que ele faz, uma responsabilidade que ele não pode e não deve rejeitar ou transferir. É da natureza dos funcionários de alta posição moral serem maus políticos e, acima de tudo, no sentido político da palavra, serem políticos irresponsáveis. Nesse sentido, são políticos de baixa posição moral, como os que nós infelizmente tivemos numerosas vezes em posições de destaque. Foi a isso que chamamos de *Beamtenherrschaft* [domínio do serviço público] e realmente nenhuma mancha existe na honra de nosso funcionalismo se revelarmos o que está politicamente errado no sistema, do ponto de vista do êxito. Mas voltemos mais uma vez aos tipos de figuras políticas.

Desde a época do Estado constitucional, e definitivamente desde que a democracia se estabeleceu, o “demagogo” tem sido o líder político típico no Ocidente. O desagradável sabor da palavra não deve levar-nos a esquecer que não Cleone, mas Péricles, foi o primeiro a trazer o nome de demagogo. Em contraste com os cargos da antiga democracia, que eram preenchidos pela sorte, Péricles chefiou a *Ecclesia* soberana do *demos* de Atenas como um estrategista supremo, retendo o único posto eletivo, ou sem qualquer posto. A demagogia moderna também faz uso da oratória, em proporções extremas, mesmo se considerarmos os discursos eleitorais que um moderno candidato tem de pronunciar. Mas o uso da palavra impressa é mais duradouro. O publicista político, e acima de tudo o jornalista, é hoje o representante mais importante da espécie demagógica.

Dentro dos limites desta conferência, é impossível até mesmo esboçar a Sociologia do jornalismo político moderno, que sob todos os aspectos constitui um capítulo em si mesmo. Certamente, somente uns poucos aspectos relacionados com ele cabem, aqui. Em comum com todos os demagogos e, incidentalmente, com o advogado (e o artista), o jornalista também não se enquadra numa classificação social determinada. Pelo menos é isso o que ocorre no continente europeu, em contraste com a Inglaterra, e, também, com as condições anteriores da Prússia. O jornalista pertence a uma espécie de casta de párias, que é sempre estimada pela “sociedade” em termos de seu representante eticamente mais baixo. Daí as mais estranhas noções sobre jornalistas e seu trabalho. Nem todos compreendem que uma realização jornalística realmente boa exige pelo menos tanto “gênio”⁴ quanto qualquer realização erudita, especialmente devido à necessidade de produzir imediatamente, e “de encomenda”, devido à necessidade de ser eficiente, na verdade, em condições de produção totalmente diferentes. Quase nunca se reconhece que a responsabilidade do jornalis-

ta é muito maior, e que o senso de responsabilidade de todo jornalista honrado não é, em média, em nada inferior ao do professor, mas, como a guerra mostrou, superior. Isso ocorre porque, pela natureza mesma do caso, as realizações jornalísticas irresponsáveis e seus efeitos, por vezes terríveis, são lembrados.

Ninguém acredita que a discrição de qualquer jornalista capaz se situa acima da média de outras pessoas, e, não obstante, assim é. As tentações muito mais graves, e as outras condições que acompanham o trabalho jornalístico no momento presente, produzem os resultados que condicionaram a forma pela qual o público vê a imprensa, com um misto de desdém e covardia piedosa. Não podemos discutir aqui o que se deve fazer. Interessamos a questão do destino ocupacional do jornalista político e de sua possibilidade de alcançar uma posição de liderança política. Até agora, o jornalista só teve oportunidades favoráveis no Partido Social-Democrata. Dentro do partido, as posições editoriais tiveram, predominantemente, a natureza de postos oficiais, mas não constituíram base para posições de liderança.

Nos partidos burgueses, no conjunto, as possibilidades de ascensão ao poder político, através desse caminho, são ainda piores, em comparação com o que ocorria na geração anterior. Naturalmente, todo político conseqüente precisou de influir na imprensa e, daí, precisou de relações com a imprensa. Mas os líderes partidários surgidos da imprensa constituíram exceção absoluta, e não se pode contar com isso. A razão de tal fenômeno está na "indispensabilidade" do jornalista, que cresceu muito, e, acima de tudo, do jornalista sem bens e, portanto, condicionado profissionalmente, indispensabilidade essa determinada pela intensidade e ritmo muito mais intenso das operações jornalísticas. A necessidade de ganhar a vida escrevendo artigos diários ou pelo menos semanais é como um chumbo nos pés dos políticos. Conheço casos nos quais líderes naturais ficaram permanentemente paralisados em sua ascensão ao poder, externamente e acima de tudo internamente, por essa compulsão. As relações da imprensa com os poderes dominantes no Estado e nos partidos, sob o velho regime [do Kaiser] foram as mais prejudiciais possíveis para o nível do jornalismo; isso constitui, porém, um capítulo à parte. Essas condições foram diferentes nos países de nossos adversários [os Aliados]. Mas ali também, e em todos os Estados modernos, aparentemente o trabalhador jornalístico ganha cada vez menos à medida que o senhor capitalista da imprensa, do tipo de "Lorde" Northcliffe, por exemplo, ganha cada vez mais influência política.

Até agora, porém, nossas grandes empresas jornalísticas capitalistas, que controlam especialmente a "cadeia de jornais", com "anúncios classificados", foram, regular e tipicamente, os fomentadores da indiferença política. Pois não se poderiam colher lucros numa política independente; especialmente, não se poderia obter a lucrativa benevolência dos poderes politicamente dominantes. A publicidade comercial também é o caminho pelo qual, durante a guerra, se procurou influir politicamente na imprensa, em grande estilo – tentativa que agora é evidentemente considerada como de continuação desejável. Embora possamos esperar que os grandes jornais escapem a essa pressão, a situação dos pequenos será muito mais difícil. De qualquer modo, no momento, a carreira jornalística não é, entre nós, um caminho normal para a ascensão dos líderes políticos, qualquer que seja a atração que o jornalismo possa ter, sob outros aspectos, e qualquer que seja a medida de influência, âmbito de atividade e responsabilidade especialmente política que possa proporcionar. Temos de esperar para ver. Talvez o jornalismo não tenha mais essa função, ou talvez o jornalismo ainda não a tenha. Se a renúncia ao princípio de anonimato significar uma modificação nisso, é difícil de dizer. Alguns jornalistas – nem todos – acreditam no abandono do anonimato por princípio. O que experimentamos durante a guerra, na imprensa alemã, e na "administração" dos jornais por personalidades e escritores de talento, especial-

mente contratados, que sempre figuraram sob os seus nomes, mostrou infelizmente que, em alguns dos casos mais conhecidos, uma consciência maior da responsabilidade não decorreu nas proporções em que se esperava. Alguns dos jornais foram, sem considerações partidárias, precisamente os que se tornaram mais notoriamente sensacionalistas; abandonando o anonimato, lutaram por maior circulação e a conseguiram. Os diretores bem como os jornalistas do sensacionalismo ganharam fortunas, mas certamente não ganharam honra. Nada dizemos aqui contra o princípio de promover vendas; a questão é, na realidade, complexa, e o fenômeno do sensacionalismo irresponsável não tem validade geral. Mas até agora, o sensacionalismo não tem sido o caminho para a verdadeira liderança ou para a administração responsável da política. Resta-nos ver como se desenvolverão as condições. Não obstante, a carreira jornalística continua, em todas as circunstâncias, um dos mais importantes caminhos da atividade política profissional. Não é um caminho para todos, muito menos para o caráter fraco, especialmente para as pessoas que podem manter seu equilíbrio interior apenas com uma posição social segura. Se a vida de um jovem erudito está em jogo, ainda assim ele continuará murado pelas rígidas convenções sociais, que impedem o seu deslize. Mas a vida do jornalista é um jogo absoluto sob todos os aspectos e sob condições que põem à prova a segurança interna da pessoa, de forma que raramente ocorre em qualquer outra situação. As experiências, freqüentemente amargas, da vida ocupacional, talvez nem sejam as piores. As exigências íntimas que se voltam precisamente sobre o jornalista de êxito são especialmente difíceis. Não é, na verdade, problema pequeno freqüentar os salões dos poderosos em aparente pé de igualdade e, geralmente, ser lisonjeado por todos, porque se é temido, sabendo porém durante todo o tempo que, mal fechada a porta, o anfitrião talvez tenha de se justificar perante seus hóspedes pela sua associação com os "lixeiros da imprensa". Além disso, não é fácil expressar-se rápida e convincentemente sobre isto e aquilo, sobre todos os imagináveis problemas da vida – segundo as exigências do "mercado" – e fazê-lo sem se tornar absolutamente raso e acima de tudo sem perder a dignidade, desnudando-se, o que tem resultados impiedosos. Não é de espantar que existam muitos jornalistas que se tornaram fracassos humanos e homens indignos. É, antes, espantoso que, apesar de tudo isso, esta camada mesma inclua um número tão grande de homens de valor e realmente autênticos, um fato que as pessoas distantes da profissão dificilmente imaginam.

Se o jornalista como tipo de político profissional remonta a um passado considerável, a figura do funcionário de partido pertence a uma evolução das últimas décadas e, em parte, somente aos anos recentes. A fim de compreender a posição dessa figura na evolução histórica, teremos de nos voltar para uma consideração dos partidos e organizações partidárias.

Em todas as associações políticas mais ou menos amplas, ou seja, associações que vão além da esfera e alcance das tarefas dos pequenos distritos rurais onde os detentores do poder são eleitos periodicamente, a organização política é necessariamente controlada por homens interessados no controle da política. Isto equivale a dizer que um número relativamente pequeno de homens está primordialmente interessado na vida política e, daí, em partilhar o poder político. Eles se proporcionam um séquito através do recrutamento livre, apresentam-se, ou a seus protegidos, como candidatos a eleição, recolhem os meios financeiros e lançam-se à caça de votos. É inimaginável como, nas grandes associações, as eleições possam funcionar sem esse padrão. Na prática, isto significa a divisão dos cidadãos com o direito de votar em elementos politicamente ativos e politicamente passivos. Essa diferença baseia-se em atitudes voluntárias, daí ser impossível aboli-la através de medidas como o voto obrigatório, ou a "representação dos grupos profissionais", ou medidas semelhantes que se dirigem, expressa ou praticamente, contra este estado de coisas e o Governo dos políticos profissionais. A liderança ativa e seu séquito recrutado livremente são os ele-

mentos necessários à vida de qualquer partido. O séquito, e através dele, o eleitorado passivo, são necessários à eleição do líder. Mas a estrutura dos partidos varia. Por exemplo, os "partidos" das cidades medievais, como o dos guelfos e gibelinos, eram séquitos exclusivamente pessoais (clientelas). Se examinarmos vários aspectos desses partidos medievais, lembrar-nos-emos do bolchevismo e seus Sovietes. Vejamos, por exemplo, os *Statuta della parte Guelfa*, com certas disposições como o confisco dos bens dos *Nobili* – que originalmente incluíam todas as famílias que levavam uma vida cavaleiresca e que assim se qualificavam para tornarem-se proprietários de fundos – ou ainda a supressão do direito de exercer uma função ou do direito de voto dos membros destas famílias, ou por fim quando consideramos a estrutura dos comitês inter-regionais deste partido, sua organização militar severa e os prêmios aos delatores. Consideremos o bolchevismo, com a cuidadosa seleção dos militares e, especialmente na Rússia, suas organizações de delação, o desarmamento e a negativa dos direitos políticos dos "burgueses", ou seja, do empresário, do comerciante, do homem que vive de rendas, do burocrata, dos descendentes da dinastia, dos agentes policiais, bem como a política de confiscos.

Essa analogia é ainda mais notável quando vemos que, de um lado, a organização militar do partido medieval constituía um simples exército de cavaleiros organizados à base dos estamentos feudais existentes e que os nobres ocupavam quase todas as posições de mando e, por outro lado, que os soviets preservaram, ou, melhor, readotaram, o empresário altamente pago, o salário de grupo, o sistema Taylor, a disciplina militar e da oficina, e a busca de capital estrangeiro. Portanto, numa palavra, os Sovietes tiveram de aceitar novamente, e de forma absoluta, todas as coisas que o bolchevismo combatia como instituições burguesas de classe. Tiveram de fazê-lo para manter o Estado e a economia em funcionamento. Além disso, os Sovietes reinstituíram os agentes da antiga Ochrana [polícia secreta czarista] como os principais instrumentos do seu poderio estatal. Mas no caso não temos de tratar com essas organizações de violência, mas com os políticos profissionais que lutam pelo poder através de campanhas partidárias "pacíficas", no mercado dos votos.

Os partidos, no sentido habitual, entre nós, eram a princípio, como por exemplo na Inglaterra, simples séquitos da aristocracia. Se, por qualquer razão, um par mudava de partido, todos os que dependiam dele também mudavam. Até a Lei da Reforma [de 1832] as grandes famílias nobres e, em último lugar mas não menos importante, o rei, controlavam um número imenso de burgos eleitorais. Próximos desses partidos aristocráticos estavam os partidos dos notáveis, que se desenvolveram em toda parte com o aumento do poder dos burgueses. Sob a liderança espiritual da camada intelectual típica do Ocidente, os círculos abastados e cultos se distinguiram em partidos, e os seguiram. Esses partidos foram formados de acordo com os interesses de classe, as tradições familiares e as razões ideológicas, em proporções iguais. Clérigos, professores, mestres, advogados, médicos, farmacêuticos, agricultores prósperos, industriais – na Inglaterra, toda a camada que se considerava pertencente à classe dos cavaleiros – formaram, a princípio, associações ocasionais na maioria dos clubes políticos locais. Em épocas de intranqüilidade, a pequena burguesia elevava sua voz, e de quando em vez o proletariado, se surgissem líderes, que, entretanto, via de regra não vinham de seu seio. Nessa fase, os partidos organizados como associações permanentes entre localidades ainda não existem claramente. Somente os delegados parlamentares criam a coesão; e os notáveis locais são decisivos para a eleição dos candidatos. Os programas eleitorais se originam, em parte, na atração eleitoral dos candidatos, em parte nas reuniões dos notáveis. Ou surgem como resoluções do grupo parlamentar. A liderança dos clubes é uma atividade secundária e uma empresa honorífica, segundo as exigências do momento.

Onde não existem clubes (como ocorre na maioria dos casos) a administração informal da política, em épocas normais, está nas mãos das poucas pessoas que por ela se interes-

sam constantemente. Somente o jornalista é um político profissional pago; somente a administração do jornal é uma organização política contínua. Além do jornal, há apenas a sessão parlamentar. Os delegados parlamentares e os líderes partidários no Parlamento sabem para quais personalidades locais notáveis se devem voltar quando a ação política parece desejável. Mas as associações permanentes dos partidos só existem nas grandes cidades, com moderadas contribuições dos membros e conferências e reuniões públicas periódicas, nas quais o delegado expõe as atividades parlamentares. O partido só está vivo durante os períodos de eleição.

Os membros do Parlamento interessam-se pela possibilidade de compromissos eleitorais interlocais, pelos programas vigorosos e unificados endossados pelos amplos círculos e pela agitação unificada através de todo o país. Em geral, esses interesses formam a força propulsora de uma organização partidária que se torna cada vez mais rigorosa. Em princípio, porém, a natureza de um aparato partidário como associação de notáveis permanece inalterada. Isso ocorre, embora uma rede de filiações e agentes partidários locais esteja difundida por todo o país, incluindo as cidades de tamanho médio. Um membro do grupo parlamentar age como o chefe do escritório central do partido e mantém correspondência constante com as organizações locais. Fora desse escritório central, ainda não há funcionários pagos; pessoas perfeitamente "respeitáveis" chefiam as organizações locais, pela deferência que, de qualquer modo, isso lhes proporciona. Formam os "notáveis" extraparlamentares que exercem influência juntamente com a camada dos notáveis políticos que esteja no parlamento. A correspondência do partido, porém, preparada pelo partido, proporciona cada vez mais um alimento intelectual para a imprensa e para as reuniões locais. Contribuições regulares dos membros tornam-se indispensáveis; uma parte delas deve cobrir as despesas com a sede.

Não há muito, a maioria das organizações partidárias alemãs ainda estava nessa fase de desenvolvimento. Na França, a primeira etapa do desenvolvimento dos partidos, pelo menos em parte, ainda predominava, e a organização dos membros do parlamento era instável. No interior vamos encontrar vários notáveis locais e programas preparados pelos candidatos ou organizados para eles pelos seus patronos em campanhas específicas pelos postos eletivos. Na verdade, essas plataformas constituem adaptações mais ou menos locais às resoluções e programas dos membros do parlamento. Esse sistema só em parte foi afetado. O número de políticos profissionais de tempo integral era pequeno, consistindo principalmente nos deputados eleitos, nos poucos funcionários da sede e nos jornalistas. Na França, o sistema também incluía os caçadores de empregos que tinham "postos políticos" ou, que no momento, lutassem por um. A política era formalmente, e de modo predominante, uma atividade subsidiária. O número de delegados que se qualificavam para os postos ministeriais era também muito limitado e, devido à sua posição como notáveis, também era limitado o número de candidatos à eleição.

Mas o número daqueles que indiretamente tinham interesse no controle da política, especialmente interesse material, era grande. Pois todas as medidas administrativas de um departamento ministerial, e especialmente todas as decisões em questões de pessoal, eram tomadas em parte tendo em vista sua influência sobre as possibilidades eleitorais. A realização de cada e todo tipo de desejo era buscada através da mediação do delegado local. De qualquer modo o ministro tinha de ouvir esse delegado, especialmente se ele pertencia à mesma maioria do ministro. Assim, todos lutavam para dispor dessa influência. Um só deputado controlava os empregos e, em geral, qualquer tipo de privilégio em seu distrito eleitoral. Para ser reeleito, o deputado, por sua vez, mantinha ligações com os notáveis locais.

Ora, as formas mais modernas de organizações partidárias contrastam acentuadamente com esse estado idílico no qual círculos de notáveis e, acima de tudo, os membros do par-

lamento dominam. Essas formas modernas são filhas da democracia, do direito de voto das massas, da necessidade de cortejar e organizar as massas, e desenvolver a maior unidade de direção e a disciplina mais rigorosa. O Governo dos notáveis e a direção pelos membros do parlamento cessa. Os políticos "profissionais" *fora* do parlamento tomam nas mãos a organização. E assim o fazem como "empresários" – o chefe político americano e o agente eleitoral inglês são, na verdade, empresários desse tipo ou como funcionários com um salário fixo. Formalmente, ocorre uma ampla democratização. As assembleias dos membros do partido organizado passam a selecionar os candidatos e os membros delegados às assembleias de ordem superior. Há, possivelmente, várias dessas convenções, indo até à convenção nacional do partido. Naturalmente, o poder fica, na prática, nas mãos daqueles que, dentro da organização, se ocupam *permanentemente* do trabalho. Ou então o poder fica nas mãos daqueles de quem a organização, em seus processos, depende financeira ou pessoalmente – por exemplo, dos mecenas ou diretores de poderosos clubes políticos de pessoas interessadas (Tammany Hall).* É decisivo que todo esse aparato de pessoas – caracteristicamente chamado de "máquina" nos países anglo-saxões ou antes, os que dirigem a máquina, mantenham sob controle os membros do parlamento. Estão em condições de impor sua vontade em proporções bastante acentuadas, e isso tem significação especial para a seleção do líder do partido. O homem a quem a máquina segue no momento se torna o chefe, acima mesmo do líder parlamentar. Em outras palavras, a criação dessas máquinas significa o advento da democracia *plebiscitária*.

Os seguidores do partido, e acima de tudo os seus funcionários e empresários, esperam naturalmente uma compensação pessoal pela vitória de seu chefe – isto é, cargos e outras vantagens. É decisivo que esperem tais vantagens do chefe, e não apenas do membro do parlamento, individualmente. Esperam que o efeito demagógico da *personalidade* do chefe, durante a luta eleitoral do partido, aumente os votos e mandatos e, com isso, o poder, e, com isso, na medida do possível, amplie as oportunidades que seus seguidores têm de encontrar as compensações esperadas. Idealmente, uma das molas mestras é a satisfação de trabalhar com a dedicação pessoal leal por um homem, e não apenas por um programa abstrato de um partido constituído de mediocridades. Sob esse aspecto, o elemento "carismático" de toda liderança funciona no sistema partidário.

Em graus muito diferentes, esse sistema progrediu, embora em luta constante e latente com os notáveis locais e os membros do parlamento que lutavam pela influência. Isso ocorreu nos partidos burgueses, primeiro nos Estados Unidos e, em seguida, no Partido Social-Democrata, especialmente da Alemanha. Recuos constantes ocorrem tão logo deixa de existir um líder reconhecido por todos, e, mesmo quando ele existe, as concessões de todos os tipos têm de ser feitas à vaidade e aos interesses pessoais dos notáveis do partido. A máquina também pode ser colocada sob domínio dos funcionários do partido, em cujas mãos estão os assuntos regulares. Segundo a opinião de alguns círculos social-democratas, seu partido sucumbiu a essa "burocratização". Mas os "funcionários" submetem-se com relativa facilidade a uma personalidade de líder, se ele tiver um forte atrativo demagógico. Os interesses materiais e ideais dos funcionários estão intimamente ligados aos efeitos do poder partidário, esperado da atração do chefe e, além disso, interiormente é, *per se*, mais satisfatório trabalhar para um chefe. A ascensão dos líderes é muito mais difícil quando os notáveis, juntamente com os funcionários, controlam o partido, como ocorre habitualmente nos partidos burgueses. Pois idealmente os notáveis fazem "seu modo de vida" das peque-

* Sede regular do Partido Democrata do Condado de Nova York e, por extensão, da máquina partidária democrata naquela cidade. (N. do T.)

nas presidências ou comitês que ocupam. O ressentimento contra o demagogo como um *homo novus*, a convicção da superioridade da “experiência” do partido político (que, na verdade, realmente é de importância considerável) e a preocupação ideológica com o desmoronamento das tradições do velho partido – esses fatores determinam a conduta dos notáveis. Podem contar com todos os elementos tradicionalistas dentro do partido. Acima de tudo, o eleitor rural, mas também o pequeno-burguês, procura o nome do notável que lhe seja familiar. Desconfia do homem que lhe é desconhecido. Uma vez, porém, que esse homem se torna bem-sucedido, a ele se apega firmemente. Vamos examinar, através de alguns exemplos principais, a luta das duas formas estruturais – dos notáveis e do partido – e, especialmente, a ascendência da forma plebiscitária descrita por Ostrogorsky.

Primeiro, a Inglaterra: ali, até 1868, a organização dos partidos foi quase exclusivamente uma organização de notáveis. Os *Tories* encontravam apoio no interior, por exemplo, entre os párocos anglicanos, e entre os professores primários, e acima de tudo entre os grandes senhores de terras. Os *Whigs* encontravam apoio principalmente entre pessoas como o pregador inconformista (quando havia), o agente do correio, o ferreiro, o alfaiate, o cordoeiro – isto é, os artesãos que podiam disseminar a influência política porque podiam conversar com as pessoas mais freqüentemente. Na cidade, os partidos diferiam, seja devido à economia, seja devido à religião ou simplesmente segundo as opiniões partidárias difundidas entre as famílias. Mas os notáveis foram, sempre, os pilares da organização política.

Acima de todas essas disposições estavam o Parlamento, os partidos com o Gabinete e o “líder”, que era o presidente do conselho de ministros ou líder da oposição. Esse líder tinha ao seu lado o “*whip*”* – o mais importante político profissional da organização partidária. A distribuição dos cargos ficava nas mãos do “*whip*”, e, assim, o caçador de empregos tinha de procurá-lo, e ele estabelecia um acordo com os deputados dos burgos eleitorais individuais. Uma camada de políticos profissionais começou a desenvolver-se gradualmente nos burgos. A princípio, os agentes recrutados localmente não eram remunerados: ocupavam aproximadamente a mesma posição de nosso *Vertrauensmänner*.⁵ Mas, juntamente com eles, desenvolveu-se nos burgos um tipo empresarial capitalista. Era o “agente eleitoral”, cuja existência era inevitável sob a moderna legislação inglesa, que garantia eleições imparciais.

Essa legislação visava a controlar os custos da campanha eleitoral e conter o poder do dinheiro, tornando obrigatório ao candidato declarar os custos de sua campanha. Pois na Inglaterra o candidato, além de gastar a voz – muito mais do que ocorria anteriormente entre nós [na Alemanha] – gostava também de gastar dinheiro. O agente eleitoral fazia o candidato pagar uma soma geral, que habitualmente significa muito para o agente. Na distribuição de poder no Parlamento e no interior, entre o “líder” e os notáveis do Partido, o líder, na Inglaterra, costumava ter uma posição de muito destaque, baseada na possibilidade de uma estratégia política em grande estilo e, portanto, constante. Não obstante, a influência do grupo parlamentar e dos notáveis do partido ainda era considerável.

Era mais ou menos a organização do partido antigo. Era um pouco uma questão dos notáveis e um pouco uma organização empresarial com empregados assalariados. A partir de 1868, porém, desenvolveu-se o sistema de “*caucus*”;** primeiro para as eleições locais de Birmingham e em seguida por todo o país. Um pároco inconformista, e com ele Joseph

* Membro da bancada de um partido que tem por incumbência disciplinar seus colegas e levá-los a comparecer aos debates importantes, especialmente às votações. Também promove a convocação dos suplentes para os membros que não possam comparecer à votação e mantém o líder informado das opiniões e intenções dos membros da agremiação. (N. do T.)

** Na Inglaterra, um sistema de organização partidária em comitês. Nos Estados Unidos, a expressão significa hoje, em geral, uma reunião secreta ou fechada de líderes do partido ou de congressistas para tomar deliberações sobre a linha partidária, indicar ocupantes de cargos, eleger os líderes nas duas Casas do Congresso etc. (N. do T.)

Chamberlain, criou o sistema. Isso ocorreu quando da democratização do direito de voto. A fim de conquistar as massas, tornou-se necessário organizar um tremendo aparato de associações aparentemente democráticas. Foi necessário formar uma associação eleitoral em cada distrito urbano para ajudar a manter a organização incessantemente em movimento e burocratizar tudo rigidamente. Por isso, os funcionários contratados e remunerados das comissões eleitorais locais aumentaram numericamente e, no todo, talvez 10% dos eleitores se organizaram nesses comitês locais. Os administradores eleitos do partido tinham o direito de escolher um assistente e eram os portadores formais da política do partido. A força propulsora era o círculo local, composto principalmente dos que se interessavam pela política municipal – da qual surgem sempre as melhores oportunidades materiais. Esses círculos locais foram também os primeiros a recorrer ao mundo das finanças. Essa máquina recém-surgida, que já não era comandada pelos membros do Parlamento, teve de lutar, sem demora, com os anteriores detentores do poder e, acima de tudo, com o “*whip*”. Sendo apoiada pelas pessoas interessadas localmente, a máquina saiu da luta tão vitoriosa que o “*whip*” teve de sujeitar-se e entrar em acordo com ela. O resultado foi a centralização de todo o poder nas mãos de uns poucos e, em última análise, da pessoa que estava na cúpula do partido. Todo esse sistema surgiu no Partido Liberal, ligado à ascensão de Gladstone ao poder. O que levou essa máquina a um triunfo tão rápido sobre os notáveis foi a fascinação da demagogia “grandiosa” de Gladstone, a firme fé que tinham as massas na substância ética de sua política e, acima de tudo, sua fé no caráter ético de sua personalidade. Tornou-se claro, sem demora, que um elemento plebiscitário cesarista na política – o ditador do campo de batalha das eleições – havia surgido. Em 1877 o “*caucus*” tornou-se atuante, pela primeira vez, nas eleições nacionais, e com êxito brilhante, pois o resultado foi a queda de Disraeli no auge de suas grandes realizações. Em 1866 a máquina já estava tão completamente orientada para a personalidade carismática que, quando surgiu a questão da autonomia municipal, toda a máquina, de alto a baixo, não indagou se isso realmente era da competência de Gladstone: simplesmente, a uma palavra sua, seguiu-o, dizendo: Gladstone, certo ou errado, nós o seguimos. E assim a máquina abandonou seu próprio criador, Chamberlain.

Essa máquina exige um pessoal considerável. Na Inglaterra, há cerca de 2.000 pessoas que vivem diretamente da política partidária. Na verdade, os que participam da política ativamente apenas como candidatos a empregos ou pessoas interessadas são muito mais numerosos, especialmente na política municipal. Além das oportunidades econômicas, o político no sistema do “*caucus*” tem ainda as oportunidades de satisfazer sua vaidade. Ser Juiz de Paz ou Membro do Parlamento está, decerto, em harmonia com a ambição maior (e normal); e as pessoas que são comprovadamente de boa origem, isto é, “cavalheiros”, alcançam o seu objetivo. A meta mais elevada é, decerto, a nobreza, especialmente para os grandes mecenas financeiros. Cerca de 50% das finanças do partido dependem de contribuições de doadores que permanecem anônimos.

E quais foram as conseqüências de todo esse sistema? Hoje em dia, os membros do Parlamento, com a exceção dos poucos membros do Gabinete (e uns insurgentes), normalmente não são nada mais do que homens bem disciplinados e sempre de acordo. Entre nós, no Reichstag, tinha-se pelo menos o costume de responder à correspondência particular de seu escritório, mostrando assim que o deputado estava atuante em favor do país. Tais atitudes não são exigidas na Inglaterra; o membro do Parlamento deve apenas votar, não cometer traição partidária. Deve comparecer quando o “*whip*” o convoca, e fazer o que o Gabinete ou o líder da oposição mandar. A máquina do “*caucus*” no interior é quase totalmente sem princípios quando existe um chefe forte que a tem completamente na mão. Com isso, o ditador plebiscitário na realidade fica acima do Parlamento. Tem, atrás de si, as

massas, atraídas por meio da máquina, e os membros do Parlamento são para eles simplesmente os homens do espólio político de seu séquito.

Como ocorre a seleção desses chefes fortes? Primeiro, em termos de que capacidade são escolhidos? Depois das qualidades da vontade – decisivas em todo o mundo – naturalmente a força do discurso demagógico é, acima de tudo, decisiva. Seu caráter modificou-se desde a época em que oradores como Cobden se dirigiam ao intelecto e Gladstone dominava a técnica de “deixar que os fatos sóbrios falem por si mesmos”. No momento presente, com freqüência os meios puramente emocionais são usados – os meios que o Exército da Salvação também explora a fim de comover as massas. Podemos considerar o estado de coisas existente como uma “ditadura baseada na exploração da massa emocionalmente”. Não obstante, o sistema altamente desenvolvido de trabalho de comissões no Parlamento inglês torna possível e compulsivo para todo político que pretende participar da liderança cooperar no trabalho de comissão. Todos os ministros importantes, nas décadas recentes, têm esse treinamento real e efetivo como um pano-de-fundo. A prática dos relatórios de comissão e da crítica pública dessas deliberações é uma condição para o treinamento, para a seleção real dos líderes e a eliminação dos meros demagogos.

É assim na Inglaterra. O sistema do “caucus” ali, porém, tem uma forma fraca, em comparação com a organização partidária americana, que levou o princípio plebiscitário a uma expressão especialmente precoce e especialmente pura.

Segundo a idéia de Washington, a América deveria ser uma comunidade administrada pelos “cavalheiros”. Na sua época, na América, o cavalheiro era também um proprietário de terras ou um homem de educação universitária – isso, a princípio. De início, quando os partidos começaram a organizar-se, os membros da Câmara dos Representantes pretendiam ser os líderes, tal como na Inglaterra da época governavam os notáveis. A organização partidária era bastante frouxa e continuou a sê-lo até 1824. Em algumas comunidades, onde ocorreu primeiro o desenvolvimento moderno, a máquina partidária estava em elaboração antes mesmo da década de 1820. Mas quando Andrew Jackson foi eleito Presidente pela primeira vez – a eleição do candidato dos agricultores do Oeste – as velhas tradições foram derrubadas. A liderança partidária formal pelos principais membros do Congresso chegou ao fim pouco depois de 1840, quando os grandes parlamentares, Calhoun e Webster, retiraram-se da vida política porque o Congresso havia perdido quase todo o seu poder em favor da máquina partidária no interior. O fato de ter a “máquina” plebiscitária se desenvolvido tão cedo na América deve-se ao fato de que ali, e ali somente, o Executivo – e isso era o que realmente importava – o chefe da distribuição de cargos, era um Presidente eleito por plebiscito. Em virtude da “separação de poderes”, ele era quase independente do Parlamento, no exercício do seu cargo. Assim, como o preço da vitória, as prebendas pretendidas eram distribuídas precisamente na eleição presidencial. Através de Andrew Jackson, o “sistema de despojos” transformou-se sistematicamente em princípio e estabeleceram-se conclusões.

O que significa esse sistema de despojos, a entrega de cargos federais aos partidários do candidato vitorioso, para as formações partidárias de hoje? Significa que partidos sem princípios opõem-se mutuamente; são apenas organizações de caçadores de empregos, elaborando suas plataformas que variam segundo as possibilidades de conseguir votos, modificando suas cores num grau que, apesar de todas as analogias, não se encontra em nenhuma outra parte. Os partidos são simplesmente e absolutamente condicionados à campanha eleitoral que é mais importante para a distribuição de cargos: a luta pela presidência e pelo Governo dos vários estados. Plataformas e candidatos são escolhidos nas convenções nacionais dos partidos sem a interferência dos congressistas. Daí surgirem eles das convenções partidárias, cujos delegados são formalmente, e muito democraticamente, eleitos. Tais

delegados são determinados pelas assembleias de outros delegados que, por sua vez, devem seus mandatos às eleições "primárias", ou seja, à reunião dos eleitores diretos do partido. Nas eleições primárias os delegados já são eleitos em nome do candidato à liderança nacional. Dentro dos partidos, ocorrem as lutas mais acerbadas em torno da "indicação". Afinal de contas, 300.000 a 400.000 nomeações oficiais estão nas mãos do Presidente, nomeações que são executadas por ele com a aprovação dos senadores dos diferentes estados. Dai serem os senadores políticos poderosos. Em comparação, porém, a Câmara dos Representantes é, politicamente, bastante impotente, porque a distribuição de cargos está afastada dela e porque os membros do Gabinete, simples assistentes do Presidente, podem exercer o cargo à parte a confiança ou falta de confiança do povo. O Presidente, que é legitimado pelo povo, enfrenta a todos, inclusive o Congresso; é esse o resultado da "separação de poderes".

Na América, o sistema de despojos, apoiado desse modo, foi tecnicamente possível porque a cultura americana, com a sua juventude, pôde tolerar o controle puramente diletante. Com 300.000 ou 400.000 desses homens de partido sem outra qualificação a seu crédito além do fato de terem prestado bons serviços ao seu partido, esse estado de coisas não poderia existir, é claro, sem males enormes. Uma corrupção e um desperdício que não encontram paralelo só poderiam ser tolerados por um país com oportunidades econômicas ainda limitadas.

Ora, o chefe político é a figura que surge no quadro desse sistema de máquina partidária plebiscitária. Quem é ele? É o empresário capitalista político que, por conta própria e correndo seu risco, fornece votos. Pode ter estabelecido suas primeiras relações como advogado ou dono de bar, ou como proprietário de estabelecimentos semelhantes, ou talvez como credor. Lança, partindo daí, seus fios até poder "controlar" um certo número de votos. Quando chega a esse ponto, estabelece contato com os chefes vizinhos e, com zelo, habilidade e acima de tudo discrição, atrai a atenção dos que já avançaram mais na carreira, e com isso consegue subir. O chefe é indispensável à organização do partido, e esta fica centralizada em suas mãos. Proporciona, substancialmente, os meios financeiros. Como os consegue? Bem, em parte pelas contribuições dos membros e especialmente tributando os salários dos funcionários nomeados através dele e de seu partido. Além disso há o suborno e as gorjetas. Quem deseja violar com impunidade uma das muitas leis necessita da conivência do chefe político e tem de pagar por ela; ou, então, terá problemas. Mas isso apenas não é suficiente para acumular o capital necessário às empresas políticas. O chefe é indispensável como recipiendário direto do dinheiro dos grandes magnatas financeiros, que não entregariam seu dinheiro, com finalidades eleitorais, a um funcionário assalariado de um partido, ou a ninguém mais que tivesse de dar explicação pública de seus negócios. O chefe, com sua discrição judiciosa em assuntos financeiros, é o homem natural para os círculos capitalistas que financiam eleições. O chefe político típico é um homem absolutamente sóbrio. Não busca honras sociais; o "profissional" é desprezado na "sociedade respeitável". Busca apenas o poder, o poder como fonte de dinheiro, mas também o poder pelo poder. Em contraste com o líder inglês, o chefe político americano trabalha no escuro. Não é ouvido discursando em público: sugere aos oradores o que eles devem dizer, de modo cômodo. Ele, porém, conserva-se calado. Em geral não aceita postos, exceto o de senador. Pois como os senadores, em virtude da Constituição, participam da distribuição de cargos, os principais chefes freqüentemente tomam assento nessa Casa. A distribuição de cargos é realizada, em primeiro lugar, de acordo com os serviços prestados ao partido. Mas também ocorre com freqüência o leilão de cargos através de ofertas de dinheiro, e há certas taxas para cargos individuais. Existe, portanto, um sistema de venda de cargos que, afinal de contas, também era conhecido nas monarquias, inclusive no Estado religioso, dos séculos XVII e XVIII.

O chefe não tem “princípios” políticos firmes; sua atitude é totalmente carente de princípios, e ele pergunta apenas: O que conseguirá votos? É, com freqüência, homem de pouca ilustração. Mas em geral tem uma vida privada inofensiva e correta. Em sua moral política, porém, ajusta-se naturalmente aos padrões éticos médios de conduta política, como muitos de nós fizemos também durante o período de acumulação, no setor da ética econômica.⁶ Não o preocupa o fato de ser socialmente desprezado como político “profissional”. O fato de não alcançar, pessoalmente, altos postos federais, nem desejá-los, tem a vantagem freqüente de possibilitar a apresentação de candidatos notáveis de fora do partido quando o chefe político acredita que terão atração para as urnas. Daí não concorrerem repetidamente as mesmas velhas notabilidades do partido como no caso da Alemanha. Assim, a estrutura desses partidos sem princípios, com os seus detentores do poder socialmente desprezados, ajudou homens capazes a alcançar a presidência – homens que, conosco, jamais teriam chegado à cúpula. Na verdade, o chefe político tem certa resistência contra o elemento de fora que possa prejudicar as suas fontes de dinheiro e de poder. Não obstante, na luta competitiva para conseguir a preferência dos eleitores, os chefes políticos freqüentemente tiveram de condescender e aceitar candidatos conhecidos como adversários da corrupção.

Assim, existe uma forte máquina partidária capitalista, organizada de forma rigorosa e total, de alto a baixo, e apoiada por clubes de extraordinária estabilidade. Esses clubes, como Tammany Hall, são como ordens cavaleirescas. Buscam vantagens exclusivamente através do controle político, especialmente do Governo municipal, que é o objetivo mais importante na divisão do espólio. Essa estrutura de vida partidária foi possibilitada pelo alto grau de democracia nos Estados Unidos – um “Novo País”. Essa ligação, por sua vez, é o motivo pelo qual o sistema está morrendo gradualmente. A América já não pode ser governada apenas por dilettantes. Há menos de 15 anos, quando se perguntou aos trabalhadores americanos por que se deixavam governar pelos políticos que confessavam desprezar, a resposta foi: “Preferimos ter nos cargos pessoas nas quais podemos cuspir do que uma casta de funcionários que cuspirá em nós, como ocorre com vocês”. Era o velho ponto de vista da “democracia” americana. Mesmo então, os socialistas tinham idéias totalmente diferentes, e agora a situação já não é tolerável. A administração dilettante não basta e a Reforma do Serviço Público estabelece um número sempre crescente de cargos vitalícios com pensões. A reforma se desenvolve de tal modo que os funcionários de preparo universitário, tão incorruptíveis e capazes quanto os nossos funcionários, ocupam os cargos. Agora mesmo cerca de 100.000 cargos deixaram de ser objeto de distribuição depois das eleições. Ao invés disso, esses cargos permitem aos seus ocupantes gozar de pensões, e baseiam-se em exigências qualitativas. O sistema de despojos passará assim gradualmente ao segundo plano e a natureza da liderança partidária provavelmente será também transformada – mas ainda não sabemos em que sentido.

Na Alemanha, até agora, as condições decisivas da administração política foram, em essência, as seguintes:

Primeiro, os parlamentos foram impotentes. Em conseqüência, nenhum homem com as qualidades do líder ingressou no Parlamento de forma permanente. Quem quisesse entrar no Parlamento, que poderia realizar ali? Quando se vagava um cargo de Chancelaria, podia-se dizer ao chefe administrativo: “Tenho um homem muito capaz em meu distrito eleitoral que seria capaz de ocupar o cargo; nomeie-o”. E ele teria aceito com prazer. Mas isso era tudo o que um membro do Parlamento alemão poderia fazer para satisfazer seus instintos de poder se os tivesse.

A isso devemos acrescentar a tremenda importância do funcionalismo especializado e formado na Alemanha. Esse fator determinou a impotência do Parlamento. Nosso funcionalismo não tinha rival no mundo. Essa importância era acompanhada do fato de que os funcionários pretendiam não só cargos, mas também postos no Gabinete. Na Assembléia

Legislativa da Baviera, quando a adoção do Governo parlamentar foi debatida no ano passado, afirmou-se que, se os membros da assembléia tivessem de ser colocados nos postos de Gabinete, as pessoas de talento já não buscariam a carreira oficial. Além disso, a administração do serviço público escapava sistematicamente a esse controle, tal como se vê pelas discussões das comissões inglesas. A administração tornava assim impossível aos parlamentos – com umas poucas exceções – treinar chefes administrativos realmente úteis entre suas próprias fileiras.

Um terceiro fator é o de que na Alemanha, em contraste com a América, tivemos partidos, com opiniões públicas baseadas em princípios, que sustentaram que seus membros, pelo menos de maneira subjetiva, representavam genuinamente *Weltanschauungen*. Ora, os dois mais importantes desses partidos, o Partido Católico do Centro e o Partido Social-Democrata foram, desde sua criação, minoritários, e intencionalmente minoritários. Os principais círculos do Partido do Centro no Reich jamais ocultaram sua oposição à democracia parlamentar, pelo medo de permanecer na minoria e, com isso, enfrentar grandes dificuldades em colocar os seus candidatos a empregados, como vinham fazendo através da pressão sobre o Governo. O Partido Social-Democrata era uma entidade minoritária baseada em princípios e opunha-se à adoção do Governo parlamentar porque não desejava manchar-se participando na ordem política burguesa existente. O fato de que ambos os partidos se dissociavam do sistema parlamentar tornou impossível o Governo com esse sistema.

Considerando tudo isso, que aconteceu então aos políticos profissionais na Alemanha? Não tiveram poder, responsabilidade e só puderam desempenhar um papel subordinado, como notáveis. Em consequência, foram reanimados pelo instinto associativo profissional, típico em toda parte. Era impossível para um homem que não pertencesse ao seu grupo ascender nos círculos dos notáveis que faziam de suas pequenas posições a sua própria vida. Poderíamos mencionar muitos nomes em cada partido, o Social-Democrata inclusive, que encerram tragédias de carreiras políticas porque as pessoas que tinham qualidades de liderança, e precisamente devido a essas qualidades, não foram toleradas pelos notáveis. Todos os nossos partidos seguiram essa evolução e se tornaram associações profissionais dos notáveis. Bebel, por exemplo, ainda era um líder pelo temperamento e pureza de caráter, por mais modesto que fosse seu intelecto. O fato de ter sido um mártir, de jamais ter traído a confiança das massas, resultou na conquista absoluta dessas massas. Não havia poder no partido que o desafiasse seriamente. Tal liderança chegou ao fim, depois de sua morte, e teve início o domínio dos funcionários. Os funcionários de sindicatos, secretários de partidos e jornalistas chegaram ao cimo. Os instintos do funcionalismo dominaram o partido – um funcionalismo altamente respeitável, de rara respeitabilidade, podemos dizer, em comparação com as condições em outros países, especialmente os funcionários sindicais, freqüentemente corruptos, da América. Mas os resultados do controle pelo funcionalismo, que discutimos acima, também começaram no partido.

Desde a década de 1880 os partidos burgueses transformaram-se totalmente em associações profissionais, ou corporações, de notáveis. Na verdade, ocasionalmente os partidos tiveram de recorrer a personalidades de fora das fileiras partidárias, com objetivos publicitários, para que pudessem dizer: "Temos estes e estes nomes". Na medida do possível, evitaram deixar que esses nomes disputassem eleição; somente quando inevitável, e a pessoa insistia, podia candidatar-se. O mesmo espírito predominou no Parlamento. Nossos partidos parlamentares eram e são corporações. Todo discurso pronunciado no plenário do Reichstag é censurado pelo partido, antes de ser feito. Isso é evidente na sua monotonia sem par. Somente pode falar aquele a quem é dada a palavra. Dificilmente poderemos pensar num contraste mais forte com a Inglaterra, e também – por motivos opostos – com a França.

Ora, em consequência do colapso enorme, habitualmente chamado Revolução, talvez esteja em marcha uma transformação. Talvez – mas não é certo. No início, começaram a surgir novos tipos de aparato partidário. Primeiro, houve os aparatos amadorísticos. Estão representados, com mais frequência, pelos alunos das várias universidades, que dizem a um homem ao qual atribuem qualidades de liderança: queremos fazer o trabalho necessário para você. Segundo, há os aparatos dos empresários. Um homem ao qual são atribuídas qualidades de liderança é abordado por pessoas dispostas a fazer-lhe a propaganda, a uma taxa fixa para cada voto recebido. Se me perguntassem, honestamente, qual desses dois aparatos me parece mais digno de fé, do ponto de vista puramente técnico, creio que preferiria o segundo. Ambos, porém, foram bolhas de sabão que cresceram depressa e desapareceram também rapidamente. Os aparatos existentes transformaram-se, mas continuaram a funcionar. Os fenômenos são apenas sintomas do fato de que novos aparatos surgiriam, se houvesse líderes. Mas até mesmo a peculiaridade técnica da representação proporcional impedia essa ascendência. Apenas uns poucos ditadores das multidões de rua surgiram para desaparecer novamente. E somente o séquito de uma ditadura de massa é organizado de forma rigorosamente disciplinada: daí o poder dessas minorias instáveis.

Vamos supor que tudo isso se modificasse; então, depois do que dissemos acima, compreende-se claramente que a liderança plebiscitária dos partidos encerra a “falta de alma” dos séquitos, sua proletarização intelectual, poderíamos dizer. A fim de ser um aparato útil, uma máquina no sentido americano – imperturbada até mesmo pela vaidade dos notáveis ou as pretensões a opiniões independentes – o séquito de um desses líderes deve obedecer-lhe cegamente. A eleição de Lincoln só foi possível por esse caráter da organização partidária, e com Gladstone, como dissemos, ocorreu o mesmo no “caucus”. É, simplesmente, o preço pago da direção pelos líderes. Só há, porém, a escolha entre a democracia com liderança, com uma “máquina”, e a democracia sem líder, ou seja, o domínio dos políticos profissionais sem vocação, sem as qualidades carismáticas íntimas que fazem o líder, e isso significa aquilo que os insurgentes de um partido habitualmente chamam de “domínio de grupo”. No momento, na Alemanha, temos apenas a segunda forma. No futuro, a permanência dessa situação, pelo menos no Reich, é facilitada pelo fato de que o *Bundesrat*⁷ ascenderá novamente e necessariamente limitará o poder do Reichstag e com isso sua importância como selecionador de líderes. Além disso, em sua forma presente, a representação proporcional é um fenômeno típico da democracia sem líder. Isso ocorre não só porque facilita os conchavos dos notáveis para a organização de chapas, mas também porque no futuro dará aos grupos de interesse organizados a possibilidade de obrigar os partidos a incluir seus funcionários na lista de candidatos, criando assim um Parlamento apolítico no qual a liderança autêntica não tem lugar. O Presidente do Reich só poderia transformar-se numa válvula de segurança da exigência da liderança se fosse eleito de forma plebiscitária e não pelo Parlamento. A liderança à base do trabalho realizado poderia criar-se, e a seleção se faria, especialmente se, nas grandes municipalidades, o prefeito plebiscitário surgisse em cena, com o direito de organizar independentemente o seu quadro de auxiliares. Isso ocorre no caso dos Estados Unidos, sempre que alguém deseja atacar seriamente a corrupção. É necessária uma organização partidária especial para essas eleições. Mas a hostilidade pequeno-burguesa de todos os partidos aos líderes, inclusive certamente o Partido Social-Democrata, deixa a formação futura dos partidos, e todas essas possibilidades, ainda na obscuridade total.

Portanto, não podemos ver ainda que forma tomará o controle da política como “vocação”. Muito menos podemos ver em que caminhos se abrem oportunidades para que os talentos políticos possam ser levados a tarefas políticas satisfatórias. Quem foi, pelas suas circunstâncias materiais, obrigado a viver “da” política, quase sempre terá de examinar as

posições alternativas de jornalista ou funcionário do partido, como caminhos diretos típicos. Ou poderá examinar a posição de representante de grupos de interesse – como um sindicato, uma câmara de comércio, uma associação rural⁸ ou uma associação profissional,⁹ uma junta de trabalho, uma associação de empregadores, etc., ou ainda um cargo municipal adequado. Nada mais se pode dizer sobre esse aspecto externo: em comum com o jornalista, o funcionário de partido suporta a odiosa condição de *déclassé*. “Escritor assalariado”, ou “orador assalariado”, sempre lhe soará infelizmente nos ouvidos, mesmo quando tais palavras não forem ditas. Quem for intimamente indefeso e incapaz de encontrar a devida resposta a si mesmo, fará melhor afastando-se dessa carreira. De qualquer modo, além das graves tentações, é um caminho que pode levar, constantemente, a decepções. Que satisfações íntimas pode, então, oferecer essa carreira e que condições pessoais são pressupostas para quem nela ingressa?

Em primeiro lugar, a carreira da política proporciona uma sensação de poder. Saber que influencia homens, que participa no poder sobre eles, e, acima de tudo, o sentimento de que tem na mão uma fibra nervosa de acontecimentos historicamente importantes, pode elevar o político profissional acima da rotina cotidiana, mesmo quando ele ocupa posições formalmente modestas. Mas a questão do momento para ele é: através de que qualidades posso esperar fazer justiça a essa força (por mais limitada que seja, no caso individual)? Como pode ele esperar fazer justiça à responsabilidade que o poder lhe impõe? Com isso, ingressamos no setor das indagações éticas, pois aí se situa o problema: que tipo de homem se deve ser para que se possa colocar a mão no leme da história?

Podemos dizer que três qualidades destacadas são decisivas para o político: paixão, senso de responsabilidade e senso de proporções.

Isto significa paixão no sentido de uma *objetividade*, de dedicação apaixonada a uma “causa”, ao deus ou demônio que é o senhor. Não é a paixão no sentido daquela emoção íntima que meu amigo Georg Simmel costumava designar como “excitação estéril”, e que era peculiar a um certo tipo de intelectual russo (mas não todos, de modo algum!). É uma excitação que tem um papel tão importante entre nossos intelectuais nesse carnaval que enfeitamos com o nome orgulhoso de “revolução”. É um “romantismo dos que são intelectualmente interessantes”, que termina num vazio destituído de qualquer senso de responsabilidade objetiva.

Na verdade, a simples paixão, por mais autêntica que seja, não basta. Ela não faz o político, a menos que a paixão como dedicação a uma “causa” também torne a responsabilidade para com tal causa a estrela-guia da ação. Quanto a isso, é necessário um senso de proporção. É a qualidade psicológica decisiva do político: sua capacidade de deixar que as realidades atuem sobre ele com uma concentração e uma calma íntimas. Daí sua *distância* em relação às coisas e homens. “Falta de distância”, em si, é um dos pecados mortais do político. É uma daquelas qualidades que condenam a progênie de nossos intelectuais à incapacidade política. O problema é, simplesmente, como fundir a paixão cálida e o frio senso de proporção numa mesma alma? A política é feita com a cabeça, e não com outras partes do corpo ou da alma. E, não obstante, a dedicação à política, se não for um jogo intelectual frívolo, mas uma conduta genuinamente humana, pode nascer e crescer apenas da paixão. Mas aquele firme controle da alma, que distingue o político apaixonado e o diferencia do simples diletante político “esterilmente excitado”, só é possível pelo hábito ao desapego em todo o sentido da palavra. A “força” da personalidade “política” significa, em primeiro lugar, a posse das qualidades de paixão, responsabilidade e proporção.

Portanto, a todo dia e a toda hora, o político tem de superar, interiormente, um inimigo bastante comum e demasiado humano: a vaidade vulgar, o inimigo mortal da dedicação objetiva a uma causa e de qualquer distância – no caso, da distância para com o próprio eu.

A vaidade é uma qualidade muito generalizada e talvez ninguém esteja completamente livre dela. Nos círculos acadêmicos e eruditos, a vaidade é uma espécie de moléstia ocupacional, mas precisamente com o intelectual, ela – por mais desagradável que possa ser a sua manifestação – é relativamente inócua, no sentido de que, geralmente, não perturba o empreendimento científico. O caso é totalmente diferente com o político. Ele trabalha com o desejo de poder como um meio inevitável. Portanto, o “instinto do poder”, como se diz habitualmente, pertence na verdade às suas qualidades normais. O pecado contra esse espírito altaneiro de sua vocação, porém, começa quando esse desejo de poder deixar de ser *objetivo* para tornar-se uma auto-embriaguez puramente pessoal, ao invés de colocar-se exclusivamente a serviço “da causa”. Em última análise, há apenas dois tipos de pecado mortal no campo da política: a falta de objetividade e – com freqüência idêntica a ela, mas nem sempre – a irresponsabilidade. Vaidade, a necessidade de destacar-se pessoalmente no primeiro plano da forma mais clara possível, tenta fortemente o político a cometer um desses pecados, ou ambos. Isso ainda é mais exato no caso em que o demagogo é obrigado a contar com o “efeito”. Portanto, ele corre freqüentemente o risco de tornar-se um ator bem como o de ver com leviandade a responsabilidade das conseqüências de seus atos, passando a interessar-se apenas pela “impressão” que causa. A falta de objetividade tenta-o a lutar pela aparência atraente do poder, e não pelo poder real. Sua irresponsabilidade, porém, sugere que ele gosta do poder simplesmente pelo poder sem uma finalidade substantiva. Embora – ou antes, justamente porque – o poder é o meio inevitável, e a luta pelo poder é uma das forças motrizes de toda a política, não há deformação mais prejudicial da força política do que a ostentação do poder tão ao gosto dos *parvenus*, e a inútil complacência no sentimento do poder, e em geral qualquer culto do poder em si. O “político do poder” pode conseguir efeitos fortes, mas na realidade seu trabalho não leva a parte alguma e não tem sentido. (Entre nós, também, um culto promovido com ardor procura glorificá-lo.) Nisso, os críticos da “política do poder” estão absolutamente certos. Do súbito colapso interno dos representantes típicos dessa mentalidade, podemos ver a fraqueza e impotência íntimas que se escondem atrás desse gesto jactancioso, mas totalmente vazio. É um produto de uma atitude superficialmente *blasé* para com o significado da conduta humana; e não tem qualquer relação com o conhecimento da tragédia a que qualquer ação, e especialmente a ação política, está intimamente ligada.

O resultado final da ação política mantém com freqüência, e às vezes regularmente, uma relação totalmente inadequada e por vezes até mesmo paradoxal com o seu sentido original. Isso é fundamental para toda história, ponto que não procuraremos provar detalhadamente, aqui. Mas devido a esse fato, para que a ação tenha força íntima, o serviço da causa não deve estar ausente dela. Exatamente que causa, a serviço da qual o político luta pelo poder e usa o poder, parece uma questão de fé. O político pode servir a finalidades nacionais, humanitárias, éticas, sociais, culturais, mundanas ou religiosas. O político pode ser mantido por uma forte crença no “progresso” – qualquer que seja o seu sentido – ou pode rejeitar friamente esse tipo de crença. Pode pretender estar a serviço de uma “idéia” ou, rejeitando isso em princípio, pode desejar servir a finalidades externas da vida cotidiana. Alguma forma de fé, porém, deve sempre existir. Se assim não for, é absolutamente certo que a maldição da indignidade da criatura superará até os êxitos políticos externamente mais fortes.

Com a afirmação acima, já estamos empenhados na discussão do último problema que nos interessa, aqui: o *ethos* da política como “causa”. Que vocação pode a política realizar, independentemente de suas metas, dentro da economia ética total da conduta humana – qual é por assim dizer o ponto ético onde a política se sente à vontade? Nesse aspecto, na realidade, o choque final de *Weltanschauungen*, opiniões mundiais entre as quais, por fim,

é necessário escolher. Vamos enfrentar resolutamente esse problema, que recentemente voltou a surgir, e na minha opinião de forma muito errada.

Mas primeiro vamos libertar-nos de uma falsificação muito trivial: ou seja a de que a ética pode surgir primeiro num papel moralmente muito comprometido. Vamos examinar exemplos. Raramente constataremos que um homem cujo amor passa de uma mulher para outra não sinta necessidade de legitimar isso para si mesmo, dizendo: ela não era digna do meu amor, ou ela me decepcionou, ou qualquer outra "razão" semelhante que exista. É uma atitude que, com uma profunda falta de cavalheirismo, acrescenta uma suposta "legitimidade" ao simples fato de que ele já não a ama e ela tem de suportar isso. Em virtude dessa "legitimação", o homem pretende para si um direito e, além de causar-lhe uma infelicidade, coloca-a em erro. O competidor amoroso bem-sucedido procede exatamente da mesma forma: ou seja, o adversário deve ser menos digno, pois de outro modo não teria perdido. Não é diferente, decerto, se depois de uma guerra vitoriosa o vencedor, numa atitude farisaica, afirma: "Venci porque estava com a razão". Ou se alguém, sob o impacto terrível da guerra, sofre um colapso psicológico, sente a necessidade de legitimar seu desgaste perante si mesmo, dizendo: "Eu não podia tolerá-la porque tinha de combater por uma causa moralmente má". E o mesmo ocorre com os derrotados na guerra. Ao invés de procurarem, como uma mulher velha, o "culpado" depois da guerra – numa situação na qual a estrutura da sociedade provocou a guerra – as pessoas de atitude madura e controlada diriam ao inimigo: "Perdemos a guerra. Vocês a ganharam. Tudo acabou, agora. Vamos discutir que conclusões devem ser fixadas, segundo os interesses *objetivos* que entram em jogo e o que é mais importante tendo em vista a responsabilidade para com o *futuro* que acima de tudo onera o vencedor". Qualquer outra coisa é indigna e será como um *boomerang*. Uma nação perdoa se seus interesses tiverem sido prejudicados, mas nenhuma nação perdoa se sua honra tiver sido ofendida, especialmente por uma hipocrisia fanática. Cada documento novo que é divulgado, depois de décadas, revive as lamentações indignas, o ódio e o desprezo, ao invés de permitir que a guerra seja enterrada no seu término, pelo menos moralmente. Isso só é possível através da objetividade e cavalheirismo, e acima de tudo somente através da dignidade. Mas jamais é possível através de uma "ética" que na verdade significa uma falta de dignidade de ambos os lados. Ao invés de se preocupar com o interesse do político, ou seja, com o futuro e a responsabilidade para com ele, essa ética se volta para questões politicamente estéreis de culpas passadas, que não podem ser solucionadas politicamente. Agir dessa forma é politicamente culposos, se tal culpa existe. E ignora a falsificação inevitável da totalidade do problema, através de interesses muito materiais: ou seja, o interesse do vencedor no maior lucro moral e material possível; as esperanças do derrotado de negociar vantagens através de confissões de culpa. Se há alguma coisa "vulgar", então, isso é vulgar, e é o resultado desse modo de explorar a "ética" como meio de "estar com a razão".

E, então, que relações têm realmente a ética e a política? Não haverá qualquer ligação entre as duas, como já se afirmou ocasionalmente? Ou será verdade o oposto: que a ética da conduta política é idêntica com a de qualquer outra conduta? Ocasionalmente, acreditou-se existir uma escolha exclusiva entre as duas proposições: uma delas deve ser a correta. Mas será verdade que qualquer ética do mundo poderia estabelecer mandamentos de conteúdo ideal para as relações eróticas, comerciais, familiares e oficiais; para as relações com nossa mulher, com o verdureiro, o filho, o réu? Será realmente tão pouco importante para as exigências éticas à política que esta opera com meios muito especiais, ou seja, o poder apoiado pela *violência*? Não vemos que os ideólogos bolchevistas e espartacistas provocam exatamente os mesmos resultados de qualquer ditador militarista, exatamente porque usam esse meio político? Em que, a não ser nas pessoas dos detentores do poder e seu diletantismo, difere o domínio dos conselhos de trabalhadores e soldados e o domínio

de qualquer detentor do poder no velho regime? De que modo difere a polêmica da maioria dos representantes da ética presumidamente nova da ética dos adversários que criticavam, ou da ética de qualquer outro demagogo? Em sua nobre intenção, poder-se-á dizer. Bem! Mas é dos meios que falamos aqui, e os adversários, com sinceridade completa e subjetiva, pretendem, da mesma forma, que suas intenções últimas são de caráter elevado. “Quem com ferro fere com ferro será ferido”, e a luta é a luta em toda parte. Daí a ética do Sermão da Montanha.

No Sermão da Montanha vemos a ética absoluta do evangelho, que é uma questão mais séria do que o acreditam as pessoas que gostam de citar hoje tais mandamentos. Esta ética não é brincadeira. O mesmo que se disse da causalidade na ciência se aplica a ela: não é um carro que podemos parar à vontade; é tudo ou nada. É precisamente esse o significado do evangelho, para que dele não resultem trivialidades. Daí, por exemplo, ter sido dito do jovem rico: “Ele se foi em meio ao sofrimento, pois tinha muitas posses”. O mandamento do evangelista, porém, é incondicional e sem ambigüidades: dá o que tens – absolutamente tudo. O político dirá que essa imposição é socialmente sem sentido, enquanto não for realidade em toda parte. Assim, o político defende a tributação, a tributação confiscatória, o confisco puro e simples – numa palavra, a coação e a regulamentação para todos. O mandamento ético, porém, não se preocupa com isso, e essa despreocupação é a sua essência. Ou tomemos o exemplo “volta a outra face”: esse mandamento é incondicional e não duvida da fonte da autoridade que tem a outra pessoa para golpear. Exceto para um santo, é uma ética de indignidade. Eis aí: devemos ser santos em tudo; pelo menos na intenção, devemos viver como Jesus, os apóstolos, São Francisco e outros semelhantes. *Então* essa ética terá sentido e expressará um tipo de dignidade; de outra forma, tal não acontece. Já se disse, de acordo com a ética acósmica do amor, “Não resistiu ao mal pela força”; para o político, a proposição inversa é que tem valor: “o mal *deve* ser resistido pela força”, ou seremos responsáveis pela sua vitória. Quem desejar seguir a ética do evangelho deve abster-se de golpes, pois eles significam a compulsão; pode ingressar nos sindicatos da companhia. Acima de tudo, não deve falar de “revolução”. Afinal de contas, a ética do evangelho não deseja ensinar que a guerra civil é a única legítima. O pacifista que segue o evangelho se recusará a pegar em armas ou as lançará por terra. Na Alemanha, era esse o dever ético recomendado para acabar com a guerra e, portanto, com todas as guerras. O político dirá que a única forma segura de desacreditar a guerra para todo o futuro previsível seria uma paz do *status quo*. As nações teriam indagado, então, “para que esta guerra?” E a guerra teria sido argumentada *ad absurdum*, o que é hoje impossível. Para os vencedores, pelo menos para parte deles, a guerra terá sido politicamente lucrativa. E a responsabilidade disso cabe ao comportamento que nos impossibilitou qualquer resistência. E em consequência da ética do absolutismo, quando o período de exaustão tiver passado, *a paz estará desacreditada, não a guerra*.

Vejamos, finalmente, o dever da fidelidade. Para a ética absoluta, trata-se de um valor incondicional. Daí se ter chegado à decisão de publicar todos os documentos, especialmente os que colocavam a culpa em nosso próprio país. À base dessas publicações unilaterais, seguiram-se as confissões de culpa – e foram unilaterais, incondicionais e sem preocupação com as consequências. O político verá que em consequência a verdade não foi esclarecida, e sim certamente obscurecida pelo exagero e pelo despertar das paixões; somente uma investigação metódica completa pelos não-participantes poderia ser proveitosa; qualquer outra medida pode ter consequências, para uma nação, impossíveis de remediar durante décadas. Mas a ética absoluta simplesmente não *pergunta* quais as “consequências”. Esse ponto é decisivo.

Devemos ser claros quanto ao fato de que toda conduta eticamente orientada pode ser guiada por uma de duas máximas fundamentalmente e irreconciliavelmente diferentes: a

conduta pode ser orientada para uma "ética das últimas finalidades", ou para uma "ética da responsabilidade". Isto não é dizer que uma ética das últimas finalidades seja idêntica à irresponsabilidade, ou que a ética de responsabilidade seja idêntica ao oportunismo sem princípios. Naturalmente ninguém afirma isso. Há, porém, um contraste abismal entre a conduta que segue a máxima de uma ética dos objetivos finais – isto é, em termos religiosos, "o cristão faz o bem e deixa os resultados ao Senhor" – e a conduta que segue a máxima de uma responsabilidade ética, quando então se tem de prestar conta dos resultados previsíveis dos atos cometidos.

Pode-se demonstrar a um sindicalista convicto, partidário da ética dos objetivos finais, que seus atos resultarão num aumento das oportunidades de reação, na maior opressão de sua classe e na obstrução de sua ascensão – sem causar nele a menor impressão. Se uma ação de boa intenção leva a maus resultados, então, aos olhos do agente, não ele, mas o mundo, ou a estupidez dos outros homens, ou a vontade de Deus que assim os fez, é responsável pelo mal. Mas um homem que acredita numa ética da responsabilidade leva em conta precisamente as deficiências médias das pessoas; como Fichte disse corretamente, ele não tem nem mesmo o direito de pressupor sua bondade e perfeição. Não se sente em condições de onerar terceiros com os resultados de suas próprias ações, na medida em que as pôde prever. Dirá: esses resultados são atribuídos à minha ação. Quem acredita numa ética de objetivos finais só se sente responsável por fazer que a chama das intenções puras não seja sufocada: por exemplo, a chama do protesto contra a injustiça da ordem social. Reanimá-la sempre é o propósito de seus atos bastante irracionais, julgados à luz de seu possível êxito. São atos que só podem ter, e só terão, valor exemplar.

Mesmo nesse caso o problema ainda não está esgotado. Nenhuma ética do mundo pode fugir ao fato de que em numerosos casos a consecução de fins "bons" está limitada ao fato de que devemos estar dispostos a pagar o preço de usar meios moralmente dúbios, ou pelo menos perigosos – e enfrentar a possibilidade, ou mesmo a probabilidade, de ramificações daninhas. Nenhuma ética no mundo nos proporciona uma base para concluir quando, e em que proporções, a finalidade eticamente boa "justifica" os meios eticamente perigosos e suas ramificações.

O meio decisivo para a política é a violência. Podemos ver as proporções da tensão entre meios e fins, quando considerados eticamente, pelo seguinte: como geralmente se sabe, mesmo durante a guerra os socialistas revolucionários (facção Zimmerwald) professava um princípio que poderíamos formular contundentemente: "Se enfrentarmos a escolha entre mais alguns anos de guerra e em seguida a revolução, e a paz agora sem revolução, preferimos mais alguns anos de guerra!" E à pergunta: "O que pode trazer essa revolução?", todo socialista dotado de conhecimentos científicos responderia: não podemos falar de uma transição para uma economia que, em nosso sentido, fosse chamada de socialista; ressurgirá uma economia burguesa, apenas sem os elementos feudais e os vestígios dinásticos. Para esse resultado tão modesto, eles estão dispostos a enfrentar "mais alguns anos de guerra". Bem poderíamos dizer que mesmo com uma convicção socialista muito robusta rejeitaríamos uma finalidade que exige tais meios. Com o bolchevismo e o espartacismo e, em geral, com qualquer tipo de socialismo revolucionário, é precisamente o mesmo. É, decerto, de um ridículo total denunciar moralmente os políticos do poder, do regime antigo, por mais justa que possa ser a rejeição de seus *objetivos*.

A ética dos fins últimos evidentemente se desfaz na questão da justificação dos meios pelos fins. Na realidade, logicamente ela tem apenas a possibilidade de rejeitar toda a ação que emprega meios moralmente perigosos – em teoria! No mundo da realidade, em geral, encontramos a experiência sempre renovada de que o partidário de uma ética de fins últimos subitamente se transforma num profeta quiliasta. Por exemplo, os que recentemente

pregaram o “amor contra a violência” pedem agora o uso da força para o *último* ato de violência, que levaria, então, a um estado de coisas no qual *toda* a violência é eliminada. Da mesma forma, nossos oficiais diziam aos soldados antes de qualquer ofensiva: “Esta será a última: ela nos trará a vitória e com isso a paz”. O proponente de uma ética de fins absolutos não pode resistir sob a irracionalidade ética do mundo. É um “racionalista” cósmico-ético. Os que conhecem Dostoiévski lembrarão a cena do “Grande Inquisidor”, onde o problema é exposto de modo pungente. Se fizermos qualquer concessão ao princípio de que os fins justificam os meios, não será possível aproximar uma ética dos fins últimos e uma ética da responsabilidade, ou decretar eticamente que fim deve justificar que meios.

Meu colega, F. W. Förster, por quem tenho pessoalmente elevada estima, pela sua indubitável sinceridade, mas a quem rejeito sem reservas como político, acredita ser possível contornar essa dificuldade com a simples tese: “do bem só vem o bem; mas do mal só vem o mal”. Nesse caso, todo esse complexo de questões não existiria. Mas é espantoso que essa tese surja à luz 2.500 anos depois dos Upanichades. Não só a totalidade do curso da história mundial, mas qualquer exame franco da experiência cotidiana nos leva ao oposto. O desenvolvimento das religiões em todo o mundo é determinado pelo fato de ocorrer o inverso. O velho problema da teodicéia consiste na questão mesma de como pode um poder, considerado como onipotente e bom, ter criado um mundo irracional, de sofrimento imerecido, de injustiças impunes, de estupidez sem esperança. Ou esse poder não é onipotente, nem bom, ou, então, princípios de compensação e recompensa totalmente diversos governam nossa vida – princípios que podemos interpretar metafisicamente, ou mesmo princípios que escapam para sempre à nossa compreensão.

Esse problema – a experiência da irracionalidade no mundo – tem sido a força propulsora de toda evolução religiosa. A doutrina indiana do carma, o dualismo persa, a doutrina do pecado original, a predestinação e o *deus absconditus*, tudo isso nasceu de nossa experiência. Também os primeiros cristãos sabiam muito bem que o mundo é governado pelos demônios e quem se dedica à política, ou seja, ao poder e força como um meio, faz um contrato com as potências diabólicas, e pela sua ação se sabe que não é certo que o bem só pode vir do bem e o mal só pode vir do mal, mas que com frequência ocorre o inverso. Quem deixar de perceber isso é, na realidade, um ingênuo em política.

Estamos colocados em várias esferas da vida, cada qual governada por leis diferentes. A ética religiosa explicou esse fato de modos diferentes. O politeísmo helênico fez sacrifícios a Afrodite e Hera igualmente, a Dioniso e Apolo, e sabia que esses deuses freqüentemente estavam em conflito entre si. A ordem de vida hindu fez de cada uma das diferentes ocupações objeto de um código ético específico, o Darma, segregando para sempre umas das outras como castas, colocando-as assim numa hierarquia fixa de ordem. Para o homem nascido nela, não havia como fugir a isso, a menos que voltasse a nascer em outra vida. As ocupações eram, assim, colocadas a distâncias variadas dos mais altos bens religiosos de salvação. Dessa forma, a ordem de casta permitia a possibilidade de estabelecer o Darma de cada casta, desde os ascetas e brâmanes até os canalhas e prostitutas, de acordo com as leis imanentes e autônomas de suas respectivas ocupações. A guerra e a política estavam também incluídas. A guerra está integrada na totalidade das esferas da vida, no *Bhagavad-Gita*, na conversação entre Krishna e Arjuna. “Faz o que deve ser feito”, isto é, o trabalho que, segundo o Darma da casta do guerreiro e suas regras, é obrigatório e que, segundo o propósito da guerra, é objetivamente necessário. O hinduísmo acredita que tal conduta não prejudica a salvação religiosa, mas, antes, a promove. Quando tinha morte de herói, o guerreiro indiano ia certamente para o céu de Indra, tal como o guerreiro teutônico ia para o Valhalla. O herói indiano teria desprezado o Nirvana tanto quanto o teutônico teria zombado do paraíso cristão, com seus coros angelicais. Esta especialização da ética permitia à éti-

ca indiana um tratamento da política igual ao das outras esferas, seguindo as leis próprias da política e até mesmo fomentando essa arte real.

Um "maquiavelismo" realmente radical, no sentido popular daquela palavra, está representado classicamente na literatura indiana, no *Kautaliya Arthasastra* (muito anterior a Cristo, supostamente da época de Chandragupta). Em contraste com esse documento, o *Príncipe* de Maquiavel é inofensivo. Como a ética católica o sabe – da qual o Professor Förster se aproxima nos demais aspectos – os *consilia evangelica* são uma ética especial para os dotados do carisma de uma vida santa. Entre eles está o monge que não deve verter sangue nem buscar lucros, e ao seu lado o cavaleiro de fé e o burguês, que têm permissão para fazer as duas coisas – o primeiro verter sangue, o segundo buscar o lucro. A graduação da ética e sua integração orgânica na doutrina da salvação é menos coerente do que na Índia. Segundo as pressuposições da fé cristã, o caso podia e tinha de ser esse. A maldade do mundo, provocada pelo pecado original, permitia com relativa facilidade a integração da violência na ética como um meio de disciplina contra o pecado e os hereges que colocavam em perigo a alma. As exigências do Sermão da Montanha, porém, uma ética acósmica de fins últimos, deixavam implícito um direito natural de imperativos absolutos baseado na religião. Esses imperativos absolutos conservaram a sua força revolucionante e entraram em cena com um vigor elementar durante quase todos os períodos de transformação social. Produziram especialmente as seitas pacifistas radicais, uma das quais na Pensilvânia tentou pôr em prática uma política que renunciava à violência para com terceiros. Tal experiência teve um destino trágico pois com a deflagração da Guerra da Independência as quacres não puderam levantar-se de armas na mão pelos seus ideais, que eram os mesmos da guerra.

Normalmente, o protestantismo, porém, legitimou de forma absoluta o Estado como instituição divina e daí a violência como meio. O protestantismo legitimou especialmente o Estado autoritário. Lutero isentou o indivíduo da responsabilidade ética pela guerra e transferiu-a para as autoridades. Obedecer às autoridades em assuntos fora da fé jamais poderia constituir culpa. O calvinismo, por sua vez, conhecia a violência em defesa de um princípio como um meio de defender a fé; assim, conhecia a cruzada, que foi para o Islã um elemento de vida, desde o início. Vê-se que não é, de forma alguma, uma descrença moderna, oriunda do culto do herói da Renascença, que suscita o problema da ética política. Todas as religiões se ocuparam dele, com diferente êxito, e depois do que dissemos não poderia ser de outro modo. É o meio específico de legitimar a violência como tal, na mão das associações humanas, que determina a peculiaridade de todos os problemas éticos da política.

Quem contrata meios violentos para qualquer fim – e todo político o faz – fica exposto às suas conseqüências específicas. Isso é especialmente válido para o cruzado, religioso e revolucionário igualmente. Tomemos confiantemente o presente como exemplo. Quem deseja estabelecer a justiça absoluta na Terra, pela força, necessita de adeptos, de uma "máquina" humana. Deve proporcionar os prêmios necessários, internos e externos, a recompensa celestial ou material, a essa "máquina", ou ela não funcionará. Nas condições da moderna luta de classe, os prêmios internos consistem na satisfação do ódio e do anseio de vingança; acima de tudo, o ressentimento e a necessidade de um farisaísmo pseudo-ético: os adversários devem ser caluniados e acusados de heresia. As recompensas externas são a aventura, vitória, pilhagem, poder e despojos. O líder e seu êxito dependem completamente do funcionamento de sua máquina e, portanto, não de seus próprios motivos. Assim, ele também depende de ser ou não o prêmio *permanentemente* concedido aos seguidores, ou seja, aos Guardas Vermelhos, aos delatores, agitadores, dos quais o líder necessita. O que ele realmente alcança nas condições de seu trabalho não está, portanto, em suas mãos, sendo-lhe porém prescrito pelos motivos de seus seguidores que, se vistos eticamente, são predominantemente mesquinhos. Os seguidores só podem ser controlados

enquanto uma fé honesta na pessoa do líder e sua causa inspirar pelo menos parte deles, provavelmente jamais na terra a maioria. Essa crença, mesmo quando subjetivamente sincera, realmente não é, em grande número de casos, mais do que uma "legitimação" ética de anseios de vingança, poder, pilhagem e espólios. Não nos enganaremos com essa verbosidade: a interpretação materialista da história não é um carro que se possa tomar à vontade; não pára antes dos promotores de revoluções. O revolucionismo emocional é seguido pela rotina tradicionalista da vida cotidiana; o líder cruzado e a própria fé desaparecem ou, o que é ainda mais verdadeiro, a fé se torna parte da fraseologia convencional dos filisteus políticos e dos técnicos banáusicos. Essa situação é especialmente rápida nas lutas de fé, porque elas são habitualmente levadas ou inspiradas por líderes autênticos, isto é, profetas da revolução. Nesse caso, tal como ocorre com a máquina de todo líder, uma das condições para o êxito é a despersonalização e rotinização, em suma, a proletarização psíquica, no interesse da disciplina. Depois de ascenderem ao poder, os seguidores de um cruzado habitualmente degeneram muito facilmente numa camada comum de saqueadores.

Quem deseja dedicar-se à política, e especialmente à política como vocação, tem de compreender esses paradoxos éticos. Deve saber que é responsável pelo que vier a ser sob o impacto de tais paradoxos. Repito: tal pessoa se coloca à mercê de forças diabólicas envoltas na violência. Os grandes *virtuosi* do amor acósmico da humanidade e bondade, sejam de Nazaré ou Assis, ou dos castelos reais da Índia, não operaram com os meios políticos da violência. Seu reino "não era deste mundo", e não obstante eles trabalharam e ainda trabalham neste mundo. As figuras de Platon Karatajev e os santos de Dostoievski ainda continuam as suas reconstruções mais adequadas. Quem busca a salvação da alma, sua e dos outros, não deve buscá-la no caminho da política, pois as tarefas totalmente diferentes da política só podem ser resolvidas pela violência. O gênio ou demônio da política vive numa tensão interna com o deus do amor, e com o Deus Cristão expresso pela Igreja. Essa tensão pode, a qualquer momento, levar a um conflito inconciliável. Os homens sabiam disso mesmo nas épocas do domínio da igreja. Várias vezes o interdito papal foi colocado sobre Florença, e na época isso representa uma força muito mais poderosa para os homens e a salvação de sua alma do que (para falarmos com Fichte) a "fria aprovação" do juízo ético kantiano. Os burgueses, porém, combateram o Estado clerical. E é com relação a essas situações que Maquiavel, num belo trecho da *História de Florença*, se não me engano, faz que um de seus heróis elogie os cidadãos que colocaram a grandeza de sua cidade natal acima da salvação de suas almas.

Se dissermos "futuro do socialismo", ou "paz internacional", ao invés de cidade natal ou "pátria" (que no momento pode ser um valor duvidoso para alguns), teremos então o problema tal como se apresenta agora. Tudo aquilo pelo que se luta através da ação política operando com meios violentos e seguindo uma ética da responsabilidade põe em risco a "salvação da alma". Se, porém, buscarmos o bem final numa guerra de crenças, seguindo uma ética pura dos fins absolutos, então as metas podem ser prejudicadas e desacreditadas durante gerações, pois falta a responsabilidade pelas *conseqüências*, e suas forças diabólicas que entram em jogo continuam desconhecidas do ator. São inexoráveis e produzem conseqüências para sua ação e mesmo para seu eu interior, a que se deve sujeitar indefeso, a menos que as perceba. A frase: "O diabo é velho; envelheça para compreendê-lo!" não se refere à idade em termos de anos cronológicos. Jamais me permiti mencionar numa discussão uma referência a uma data num certificado de nascimento; mas o simples fato de que alguém tem 20 anos de idade e eu tenha mais de 50 não me deve fazer pensar que isto constitui uma realização, em si, perante a qual me deva atemorizar. A idade não é decisiva; o que é decisivo é a inflexibilidade em ver as realidades da vida, e a capacidade de enfrentar essas realidades e corresponder a elas interiormente.

A política é feita, sem dúvida, com a cabeça, mas certamente não é feita apenas com a cabeça. Nisso, os proponentes de uma ética de fins últimos estão certos. Não podemos prescrever a ninguém que deva seguir uma ética de fins absolutos ou uma ética de responsabilidade, ou quando uma e quando a outra. Só podemos dizer o seguinte: se nas épocas que, na opinião da pessoa em questão, não são épocas de excitação "estéril" – a excitação não é, afinal, a paixão autêntica – se então subitamente políticos da *Weltanschauung* surgem em massa e transmitem a palavra de ordem, "O mundo é estúpido e mesquinho, eu não", "a responsabilidade pelas conseqüências não recai sobre mim, mas sobre os outros a que sirvo e cuja estupidez ou mesquinha devo eliminar", então declaro francamente que indagaria primeiro o grau de certeza íntima que apóia essa ética de fins últimos. Tenho a impressão de que em nove em cada dez casos trata-se de oradores verbosos que não compreendem plenamente o que estão chamando a si, mas que se embriagam com sensações românticas. Do ponto de vista humano, isto não me é muito interessante, nem me comove profundamente. Mas é profundamente comovente quando um homem *maduro* – não importa se velho ou jovem em anos – tem consciência de uma responsabilidade pelas conseqüências de sua conduta e realmente sente essa responsabilidade no coração e na alma. Age, então, segundo uma ética de responsabilidade e num determinado momento chega ao ponto em que diz: "Eis-me aqui; não posso fazer de outro modo". Isso é algo genuinamente humano e comovente. E todos nós que não estamos espiritualmente mortos devemos compreender a possibilidade de encontrar-nos, num determinado momento, nessa posição. Na medida em que isso é válido, uma ética de fins últimos e uma ética de responsabilidade não são contrastes absolutos, mas antes suplementos, que só em uníssono constituem um homem genuíno – um homem que *pode* ter a "vocação para a política".

E, agora, senhoras e senhores, voltemos a debater essa questão novamente dentro de dez anos, a contar de agora. Infelizmente, por toda uma série de razões, temo que então o período de reação tenha há muito desabado sobre nós. É muito provável que pouco do que muitos dos senhores, e (confesso candidamente) eu também, desejamos e esperamos se tenha realizado; pouco – talvez não exatamente nada, mas aquilo que pelo menos para nós parece pouco. Isto não me esmagará, mas sem dúvida é um peso íntimo compreender tal fato. Eu gostaria de poder ver, então, o que foi feito daqueles que, entre os presentes, se consideram como políticos realmente "de princípios", e que partilham da embriaguez representada por esta revolução. Seria bom que as coisas viessem a ser de tal modo que o Soneto 102 de Shakespeare fosse verdade:

*Our love was new, and then but in the spring,
When I was wont to greet it with my lays;
As Philomel in summer's front doth sing,
And stops her pipe in growth of riper days.**

Mas não é esse o caso. Não o florescer do verão está à nossa frente, mas antes uma noite polar, de escuridão gelada e dureza, não importa que grupo possa triunfar externamente agora. Onde não há nada, não só o Kaiser mas também o proletário perdeu seus direitos. Quando esta noite se tiver afastado lentamente, quem estará vivo entre aqueles para os quais a primavera aparentemente floresceu tão abundantemente? E o que terá sido de todos

* Nosso amor era novo e então apenas na primavera,
Quando eu estava acostumado a saudá-lo com meus versos;
Como Filomela canta no começo do verão,
E dedilha sua flauta enquanto crescem dias mais plenos.

vós, então? Sereis amargos ou banáusicos? Aceitareis simples e devidamente o mundo e a ocupação? Ou a terceira e não menos freqüente possibilidade será o vosso destino: a fuga mística da realidade, para os que não eram dotados para ela ou – como é freqüente e desagradável – para os que se empenham em seguir essa moda? Em qualquer desses casos, cheguei à conclusão de que essas pessoas não corresponderam aos seus próprios feitos. Não corresponderam ao mundo como realmente é em sua rotina cotidiana. Objetiva e realmente, não experimentaram a vocação para a política em seu sentido mais profundo, que julgavam ter. Teriam feito melhor em simplesmente cultivar uma fraternidade comum nas suas relações pessoais. E quanto ao resto – deveriam ter-se empenhado sobriamente em suas tarefas cotidianas.

A política é como a perfuração lenta de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva. Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade – que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível. Mas, para isso, o homem deve ser um líder, e não apenas um líder, mas também um herói, num sentido muito sóbrio da palavra. E mesmo os que não são líderes nem heróis devem armar-se com a fortaleza de coração que pode enfrentar até mesmo o desmoronar de todas as esperanças. Isso é necessário neste momento mesmo, ou os homens não poderão alcançar nem mesmo aquilo que é possível hoje. Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer “Apesar de tudo!” tem a vocação para a política.